

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – VRPPG
MESTRADO EM PSICOLOGIA

LETÍCIA ALMEIDA NUNES

**EXPECTATIVAS DE JOVENS SOLTEIROS
UNIVERSITÁRIOS FRENTE AO CASAMENTO: UM
ESTUDO DESCRITIVO**

**EXPECTATIONS OF YOUNG SINGLES COLLEGE
FOWARD TO MARRIAGE: A DESCRIPTIVE STUDY**

Fortaleza – 2008

LETÍCIA ALMEIDA NUNES

**EXPECTATIVAS DE JOVENS SOLTEIROS
UNIVERSITÁRIOS FRENTE AO CASAMENTO: UM
ESTUDO DESCRITIVO**

**EXPECTATIONS OF YOUNG SINGLES COLLEGE
FOWARD TO MARRIAGE: A DESCRIPTIVE STUDY**

Dissertação de mestrado apresentada à coordenação do Mestrado em Psicologia do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como exigência parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Sursis N. F. Bucher-Maluschke.

Linha de Pesquisa: Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade.

FORTALEZA
2008

N972e Nunes, Leticia Almeida.
Expectativas de jovens solteiros universitários frente ao casamento : um estudo descritivo / Leticia Almeida Nunes. - 2008. •
f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2008.
“Orientação: Profa. Dra. Júlia Sursis F. Bucher-Maluschke.”

1. Casamento. 2. Sexualidade. 3. Relações conjugais. I. Título.

CDU 173.1



Fundação Edson Queiroz
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia, Sociedade e Cultura

Dissertação intitulada “**Expectativas de jovens solteiros universitários frente ao casamento: um estudo descritivo**”, de autoria da mestrand **Letícia Almeida Nunes**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

**1. Profa. Dra. Júlia Sursis Ferro Nobre Bucher (UNIFOR) –
Orientadora**

Prof. Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA)

Profa. Dra. Maria Lúcia Duarte Pereira (UECE)

Prof. Dr. Paulo César de Almeida (UECE)

Fortaleza, 15 de dezembro de 2008

Visto: Prof. Dr. Henrique Figueiredo Carneiro
2. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
3. UNIFOR

AGRADECIMENTOS

Neste momento de grande alegria não posso deixar de explicitar minha gratidão àqueles que participaram da realização de um sonho. Dessa forma, gostaria de agradecer:

A Deus, por me dar vida.

À minha família, pelos ensinamentos que me guiam.

A Lúcio, pelo esforço e dedicação de sua ajuda.

À Júlia, que com paciência guiou-me pelos caminhos do conhecimento.

Aos amigos, pela confiança e estímulo.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro que serviu de base material para este trabalho.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	08
2-REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1- O amor através dos tempos.....	10
2.2- Amor e casamento.....	22
2.3- O amor e os relacionamentos na contemporaneidade.....	31
3-OBJETIVOS.....	45
4- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
5- PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	50
6- REFERÊNCIAS.....	51
7-ANEXOS.....	53

RESUMO

Em nossa contemporaneidade, observam-se várias transformações sociais, as quais possuem relação, dentre outros, com o desenvolvimento das ciências, a aplicação de desenvolvimentos tecnológicos em larga escala, resultando no aumento da expectativa de vida, na modificação dos comportamentos dos sujeitos. Tais transformações implicam em remodelamentos nas formas dos relacionamentos amorosos e nas escolhas e padrões das vinculações afetivo-sexuais, as quais se tornam cada vez mais incertas e plurais. Este estudo tem como objetivo entender as mudanças que estariam ocorrendo nos relacionamentos e principalmente no casamento. Para isso, realizamos uma revisão da literatura e uma pesquisa quantitativa referente ao tema através da aplicação de 236 questionários acerca das expectativas de jovens solteiros universitários sobre o casamento. A partir da revisão da literatura, observamos que na atualidade ocorre uma fragilização dos laços afetivos; as relações tendem a ser mais fluidas e descartáveis. Até mesmo o casamento modificou-se, pois, se em períodos anteriores existia a perspectiva de longa duração, atualmente tal formatação de relacionamento é percebida também como efêmera através do aumento de matrimônios desfeitos rapidamente. Os resultados apontados pelo estudo quantitativo permite-nos supor que, apesar da “crise do casamento” e do aumento de relacionamentos mais efêmeros, os jovens pretendem casar; a maioria deles ainda idealiza um casamento tradicional e tem a expectativa de que possa durar por toda a vida. Observamos mudanças no que se refere à sexualidade, à presença de padrões um pouco mais liberais, mas o homem ainda possui uma maior liberdade. Constatamos um equilíbrio entre trabalho e cuidados com a família entre homens e mulheres. Portanto observamos a coexistência de padrões de relacionamento tradicionais e pós-modernos, na qual há a superficialidade nos relacionamentos, e a vivência satisfatória de relacionamentos amorosos e conjugais duradouros permanece um desafio num mundo em constantes transformações e múltiplas identidades pessoais e sociais.

Palavras chave: jovens, casamento, sexualidade, relacionamentos

ABSTRACT

In our present time several social transformations are observed, which possess relationship, among other, with the development of the sciences, the application of technological developments in wide climbs, resulting in the increase of the life expectation, in the modification of the behaviors of the subjects. Such transformations implicate in transformations in the forms of the loving relationships and in the choices and patterns of the affectionate-sexual relationships, the ones which if they turn more and more uncertain and plurals. That study had as objective understands the changes that would be happening in the relationships and mainly in the marriage. For that, we accomplished a revision of the literature and a quantitative research regarding the theme through the application of 236 questionnaires concerning the academical single youths' expectations on the marriage. Starting from the revision of the literature it was observed that at the present time happens a fragile the affectionate bows, the relationships tend to be more flowing and disposable. Even the marriage he/she modified, because if in previous periods the perspective of long duration existed, now such relationship formatting is also noticed as ephemeral that we verified through the increase of marriages undone quickly. The pointed results for the quantitative study allow to suppose us that in spite of the "crisis of the marriage" and the increase of more ephemeral relationships, the youths intend to marry, most of them still idealizes a traditional marriage and he/she has the expectation that can last for a lifetime. We observed changes in what refers the sexuality the presence of patterns a little liberaler, but the man still possesses a larger freedom. We verified a balance between work and cares with the family between men and women. Therefore we observed the coexistence of traditional and post-modern relationship patterns in which there is the superficiality in the relationships and the satisfactory existence of loving and matrimonial relationships durable stays a challenge in a world in constant transformations and multiple personal and social identities.

keywords: young, marriage, sexuality, relationships

1. INTRODUÇÃO

Pensar o fenômeno psicológico de forma descontextualizada abre caminho para que o conhecimento produzido pela ciência seja utilizado para a manutenção de relações desiguais de poder. Tal perspectiva de ciência, e, especificamente, da psicologia, alinha-se à noção de fenômeno psicológico defendido pela perspectiva sócio-histórica da psicologia. Para tal visão, estudar qualquer evento psicológico obriga o pesquisador a relacioná-lo com os elementos constitutivos da realidade material que rodeia o sujeito. Isso implica, obrigatoriamente, uma noção processual, de construção daquele evento, impedindo uma noção naturalizada dele. Desse modo, é mister, para o estudo mais completo das novas percepções de casamentos entre os jovens, levar em consideração os aspectos constitutivos da realidade material que o rodeia.

Em nossa contemporaneidade, observa-se uma série de transformações sociais decorrente de avanços tecnológicos, de descobertas científicas, do aumento da expectativa de vida. Tais transformações podem ser vistas nas mais variadas áreas de atuação dos sujeitos, tanto no trabalho como até mesmo nas formas com que eles se relacionam com as outras pessoas amorosamente. Tais modificações repercutem em vários aspectos dessas relações que sofreram transformações, como, por exemplo, no sexo dos parceiros, os quais podem ser do mesmo sexo, de sexos diferentes e até entre sujeitos com sexos artificialmente modificados. Outro ponto que sofreu profundas modificações seria as formas de contato entre os parceiros. Com o advento das novas tecnologias da comunicação, as pessoas podem estabelecer as vinculações amorosas com pessoas geograficamente distanciadas, sentindo-se, desse modo, vinculadas formalmente a outra pessoa.

As modificações levaram também a uma ampliação das categorias de relacionamentos e as escolhas e padrões de relacionamento afetivo-sexuais se tornam cada vez mais incertos, transitórios, flexíveis e plurais. Se em “períodos tradicionais” existiam basicamente três formatações, a saber, namoro, noivado e casamento, atualmente há inúmeras formas de estar com o outro. “Ficar”, “fica fixo”, “rolo”, dentre outros, são modelos de vinculação que fazem parte do repertório daqueles que participam das situações de conquista amorosa na contemporaneidade. O tempo dos relacionamentos, conseqüentemente, também foi atingindo por estas transformações, resultando em uma série de relacionamentos efêmeros e outros tantos que duram apenas o tempo das manchetes midiáticas. Os laços afetivos se tornam mais frágeis, e o casamento, que antes era “para sempre”, passa a ser enquanto durar o amor, resultando muitas vezes em casamentos desfeitos rapidamente, com pouco tempo de união.

Anteriormente, o casamento era realizado por interesses socioeconômicos, eram casamentos arranjados de acordo com a vontade e classe socioeconômica dos pais. Mais tarde, o casamento se torna mais livre e o sujeito passou a escolher seu cônjuge por amor, mas ainda era um casamento que, de acordo com a igreja, deveria ser “até que a morte nos separe”. Com todas as transformações sociais ocorridas e com o predomínio da racionalidade, o casamento deixou de ser para sempre e surgiram várias configurações de relacionamentos diferentes do casamento tradicional, como, por exemplo, os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, pessoas que têm um relacionamento virtual, recasamentos, uniões informais, o ficar etc. Além disso, a efemeridade dos relacionamentos torna-se cada vez mais constante até mesmo o casamento sofre dessa transitoriedade e efemeridade da vida moderna e assim observamos um aumento no número de separações.

Evidências relativas às populações das camadas populares que residem nas cidades grandes ou em sua periferia mostram igualmente que a crise do casamento não se atém apenas a um determinado tipo de cultura/classe social (Jablonski, 1998). Apesar de as visões e expectativas acerca de casamento e de família possam variar muito, inclusive, algumas vezes, em direção a um ideal de casamento mais “tradicional”, é difícil de ser alcançado pelas camadas populares (Pacheco, 2005).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007), em 2007 ocorreram em todo o território nacional 916.006 casamentos, sendo 37.798 deles no Ceará, o que significa uma Taxa de Nupcialidade Legal, que se constitui na divisão do número de casamentos pela população e a multiplicação do resultado por mil, de 6,7%, o que mostra uma elevação da referida taxa quando comparado com o menor índice desde 1997, que é o de 5,7% do ano de 2002. É mister salientar que naquele ano o Brasil passava por um período de forte instabilidade econômica, ratificando a noção de que eventos psicológicos possuem vinculação com o contexto sócio-histórico que rodeia os sujeitos (Bock, 2001). Na Região Nordeste, de acordo com o IBGE (2008), os números obtidos saíram de 5,0% em 2002 para 5,8% em 2006, aumento inferior àquele observado no Ceará, no qual a Taxa saltou de 4,4 no ano de 1997 para 6,2% no ano de 2006. Ou seja, quando comparado ao Nordeste brasileiro, o Ceará possui números e aumentos superiores aos regionais. Tal aumento aponta para uma reversão no movimento de queda da referida taxa, indicando que há uma tendência na população brasileira de procurar, de forma mais massiva, os serviços legais para formalizar sua união. Essa tendência, ainda segundo o IBGE (2007), pode ser atribuída, dentre outros fatores, à renovação dos instrumentos legais como o Código Civil e pela realização de casamentos coletivos e a aspectos econômicos. Esse último, por exemplo,

poderia ser vinculado à prevalência, em todo o Brasil, de casamentos no mês de dezembro, período de bonificação salarial da grande população brasileira.

A idade média para o primeiro casamento e para todos foi de 29 e 32 para os homens e de 26 e 28 para as mulheres. Para as mulheres, segundo o IBGE (2008), os maiores índices de nupcialidade no ano de 2006 são observados na faixa etária de 20 a 24 anos com 30% e na de 25 a 29 anos com 29,1%, o que pode estar relacionado com uma renovação das prioridades femininas, em virtude de alterações sócio culturais, a saber, necessidade de trabalhar para sustentar financeiramente a família, direcionar seu interesse inicialmente para a carreira profissional, dentre outros. Outro indício disso seria que na faixa etária de 25 a 29 anos ocorreu o maior aumento, no período de 1997 a 2006, enquanto que a única redução ocorreu exatamente na faixa etária de 15 a 19 anos, demonstrando que elas estão casando com cada vez mais idade. No caso dos homens, ainda de acordo com o IBGE (2008), ocorreu aumento nos índices de nupcialidade em todas as faixas etárias a partir de 25 anos e redução nas faixas etárias iniciais, indicando que, assim como no caso das mulheres, os homens estão sim querendo casar, porém com cada vez mais idade. Tais enlaces ainda são prioritariamente, em 83,9% (IBGE, 2007) dos casos, entre pessoas solteiras, porém o declínio dessa formação, que em 1997 era de 90,1%, marca o aumento dos casamentos em que um dos parceiros já foi casado. O percentual de mulheres solteiras que se casaram com homens divorciados passou de 4,4% em 1997 (IBGE, 2008), para 7,1% em 2007 (IBGE, 2007), enquanto que o de mulheres divorciadas que se uniram legalmente a homens solteiros passou de 1,9% em 1997 (IBGE, 2008), para 3,7% em 2007 (IBGE, 2007). O casamento entre cônjuges divorciados também aumentou, passando de 1,1% para 2,5%, de 1997 para 2007 (IBGE, 2007; 2008).

No outro extremo, têm-se os números dos divórcios realizados no Brasil, que, segundo o IBGE (2007), na última década, permaneceram estáveis em seu índice. Dentre tais procedimentos em 75,9% dos casos foram consensuais (IBGE, 2007). No Ceará, o percentual de separações consensuais foi de 77,7% (IBGE, 2008) dos casos. Logo, possivelmente, os parceiros entendem que a relação não mais está sendo satisfatória para algum deles. Assim, se em períodos tradicionais o casamento poderia ser percebido por determinados indivíduos ou grupos como algo definitivo, contemporaneamente isso parece ter sido alterado. É importante salientar que em separações não-consensuais, em todas as categorias de eventos listados pelo IBGE, as mulheres tomam a frente na solicitação do fim do casamento, fato que também é observado no Ceará, sugerindo mais uma vez uma transformação na percepção do matrimônio.

Esses números revelam mudanças significativas na percepção que os sujeitos contemporâneos têm acerca da família e do casamento. As referidas transformações possivelmente mantêm relação com uma série de reorganizações sociais de nosso tempo, qual seja, com a diminuição do poder da religiosidade, com a modernização, com a urbanização, com a mudança nas concepções de amor, com o aumento da expectativa de vida, com mudanças na sexualidade, com a emancipação feminina e com o impacto dos meios de comunicação de massa. Esses fenômenos característicos da “alta modernidade” parecem ter repercutido na forma de amar e viver dos indivíduos, uma vez que passaram a questionar entendimentos mais tradicionais sobre o casamento.

Diante desse cenário, cabe-nos indagar sobre as motivações e possíveis causas da efemeridade dos casamentos realizados “por amor”, tentando elucidar as razões pelas quais tais relacionamentos apresentam-se tão efêmeros. Característica essa que contrasta com aquela observada nos casamentos de períodos anteriores. Torna-se fundamental acompanhar esse processo de questionamento, renovação e reconstrução de

modelos antes vistos como naturais e imutáveis. No presente estudo, procuramos, desse modo, ampliar a compreensão desse processo através da investigação das atitudes e expectativas de jovens solteiros em relação ao casamento e ao exercício da sexualidade. O trabalho, portanto, pretende contribuir para a ampliação do entendimento acerca do casamento, atentando para a divergência entre as velhas e novas demandas com as quais as pessoas se deparam para se relacionarem e construírem vínculos duradouros na contemporaneidade. Propõe, assim, uma ampliação do olhar da psicologia para incluir dimensões sociais que afetam e redimensionam a experiência das pessoas, o amor, os casamentos e as famílias.

A relevância deste trabalho é premente na medida em que os dados de pesquisas nacionais, os casos clínicos relatados pela literatura especializada e situações cotidianas apontam para a radical transformação pela qual passa o casamento. Tal reestruturação exige dos sujeitos envolvidos uma série de reorganizações psicológicas, as quais podem, em determinadas situações, repercutir em decisões de constantes de separações.

No primeiro capítulo, procedemos a uma revisão da literatura concernente ao tema, fazendo um apanhado histórico das formatações do casamento ao longo das gerações e culturas, através de autores como Costa (1998), Giddens (1993), Branden (2002), dentre outros.

Em um segundo momento, evidenciamos as características do casamento em nosso tempo. Para isso foram consultamos autores como Giddens (1991, 1993 E 2000), Bauman (2004), Jablonski, (1998) dentre outros.

No terceiro capítulo, os dados da pesquisa de campo são apresentados e analisados, já em uma relação com a literatura levantada. Tais dados foram tratados estatisticamente com o programa SPSS.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Conhecer as expectativas de jovens solteiros (homens e mulheres) sobre o casamento e da vida a dois, nos dias atuais.

Objetivos específicos:

1. Definir o perfil sócioeconômico dos jovens universitários;
2. Investigar a intenção de cada jovem de se casar e o porquê de sua intenção;
3. Identificar a percepção e estruturação de novas formas de relacionamento diferentes do casamento tradicional (relacionamentos não formais).
4. Analisar a percepção de jovens com relação à virgindade e à adoção de modelos liberais de comportamento social. Explorar questões que dizem respeito à vivência da sexualidade, como o valor atribuído - ou não - à virgindade e a adoção - ou não - de padrões liberais de comportamento sexual;
5. Investigar as expectativas futuras com relação ao próprio casamento;
6. Identificar fatores que na opinião dos jovens fazem um casamento durar e/ou fracassar;
7. Constituição de família (ter filhos).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1- O AMOR ATRAVÉS DOS TEMPOS

Entendemos que o amor e os relacionamentos estão referidos a sua época, a sua cultura e grupo social e para compreendermos o amor como é visto atualmente temos que voltar ao passado e entender como aconteceu essa construção do conceito de amor e dos relacionamentos e todos os seus determinantes sociais e culturais.

Costa (1998) e Branden (2002) fazem uma análise da evolução do conceito de amor. Segundo Branden (2002), os relacionamentos homem/mulher sempre existiram, mas com características diferentes ao longo do tempo e com concepções diferentes sobre o amor. Costa (1998) faz uma análise sobre o amor como algo que tem uma longa história e que deve ser entendido a partir do objeto amado e do sujeito do amor.

Segundo Branden (2002), nas sociedades primitivas, os relacionamentos homem/mulher eram construídos com base em necessidades práticas associadas à caça, luta, agricultura, educação das crianças etc. Ainda não existia a definição de relacionamentos com base no amor ou em necessidades psicológicas de intimidade emocional; a sobrevivência da tribo era a força motivadora das uniões entre homens e mulheres nessa sociedade.

O indivíduo era subordinado às necessidades e leis da tribo em praticamente todos os aspectos da sua vida, não sendo dada importância à personalidade individual ou às ligações emocionais individuais. Nessa cultura primitiva, existia um temor de relações sexuais decorrentes e amor. O amor e as ligações individuais baseadas nele seriam algo subversivo e que poderiam ameaçar os valores, a autoridade tribal e prejudicar o bem-estar da tribo.

De acordo com Costa (1998), na Grécia antiga, o amor tinha o sentido de algo bom, belo e verdadeiro. Segundo esse autor, a obra de Platão “O Banquete” é vista como grande fonte do mito amoroso, pois nela estão vários discursos sobre a natureza do amor. O discurso de Aristófanes, Agatão e Fedro considerava que o verdadeiro amor seria um sentimento único, inconfundível, universal e intrínseco à natureza humana. Seria um impulso que se dirige a um objeto amado, e a ausência deste causa sofrimento e a sua presença uma intensa alegria. No discurso de Diótima, o amor é visto como uma resposta humana ao reconhecimento prévio do verdadeiro bem e da verdadeira beleza.

Para Costa (1998), na Grécia antiga, existiam as relações pederásticas que articulavam a formação de si com o governo da pólis ou a preparação de rapazes para a vida política. Na busca para se atingir o supremo Bem, Eros se transforma em Philia, amizade. Então as escolas gregas consideravam que esse amor-philia, para realizar-se, tinha como fundamento a vida em comum dos praticantes em busca de uma nova forma de vida.

Para Branden (2002), na cultura Grega existia a dicotomia corpo-alma, sendo o corpo de natureza inferior e o espírito relacionado à natureza superior. Assim, as necessidades e os objetivos do corpo eram inferiores àqueles do espírito, que eram exaltados. Os gregos idolatravam os relacionamentos amorosos espirituais que só levariam ao amor profundo e espiritualmente significativo através dos relacionamentos homossexuais, normalmente entre homens mais velhos e garotos.

O desejo sexual decorrente de sentimentos profundos era visto como insano e afeminado, mas no relacionamento amoroso apaixonado entre dois homens o amante mais velho inspira no mais jovem a nobreza e a virtude, e o Amor entre eles eleva a mente e a emoção de ambos. As mulheres eram consideradas inferiores aos homens em corpo e alma e eram criadas para serem subordinadas aos homens, e os relacionamentos

com mulheres eram destituídos de significado espiritual. A noção de casamento por amor não existia entre os gregos.

De acordo com o mesmo autor, os romanos consideravam a paixão uma forma de loucura e uma ameaça ao cumprimento das obrigações. O casamento não era realizado por amor. Nas classes sociais mais altas, era combinado pelas famílias por razões financeiras ou políticas e o homem se casava para ter uma dona de casa e para ter filhos.

Para Branden (2002), na cultura romana, a família adquiriu o significado de unidade política e social, provavelmente como forma de preservar e proteger a propriedade. As leis do direito romano regulamentavam a transferência de propriedade de uma geração para outra, as formas de casamento entre cidadãos romanos pertencentes a classes diferentes ou a outros povos do império. A família na cultura romana ganhou importância cultural e política dando um novo significado no relacionamento entre marido e mulher.

Em Roma, as mulheres passaram a ter mais direitos, mais liberdade, independência econômica e respeito cultural do que tinham antes, e nos relacionamentos amorosos assumiam uma posição de igualdade, mas a paixão continuava fora do conceito de casamento.

Ainda segundo Branden (2002), no cristianismo, o ponto central referente ao amor era a grande hostilidade relacionada à sexualidade humana e o desprezo pela vida terrena, pois o aproveitamento da vida na terra significava pecado espiritual. O cristianismo pregou um ideal de amor não-sexual e amor e sexo estariam em pólos opostos, a origem do amor era Deus e a origem do sexo era o Diabo. O ideal dessa concepção era a abstinência sexual, a integração entre amor e sexo era vista como um

vício e o casamento era apenas uma concessão do cristianismo à depravação da natureza humana, sendo considerado um “remédio para a imoralidade”.

No fim do século VI, a igreja adotou uma autoridade política com relação ao casamento; tomou o lugar dos pais, combinando e sancionando os casamentos e banindo o divórcio e o segundo casamento sem autorização do papa (Branden, 2002).

O anti-sexualismo pregado pela igreja era acompanhado de um antifeminismo. Com o crescimento do cristianismo na Europa medieval, as mulheres perderam praticamente todos os direitos que haviam adquirido com os romanos, passando a ser completamente subordinadas ao homem, reconhecendo-o como seu mestre e submeter-se incontestavelmente às suas vontades. A explicação para a submissão das mulheres era baseada em parte no fato de que Eva foi a causa da queda de Adão e conseqüentemente a causa de todos os sofrimentos pelos quais ele teve que passar desde então (Branden, 2002).

No final da idade média, surgiu uma segunda concepção de mulher que passou a coexistir com a primeira. Assim, de um lado, o símbolo da mulher era Eva, a tentação sexual, causa do declínio espiritual do homem e, do outro lado, o símbolo da pureza da mulher era a Virgem Maria significando a pureza que eleva e transforma a alma do homem. Assim, existia uma mulher para se desejar e com quem ter prazer e a mulher para se admirar e casar. Portanto todas as condutas relacionadas ao prazer sexual eram condenadas pelo cristianismo (Branden 2002).

Segundo Costa (1998), nos primeiros séculos do cristianismo, é retomada a ideia dos discursos platônicos de que o amor dedicado a Deus está relacionado à busca de um Bem absoluto e cuja essência independe do sujeito. Dentro dessa concepção, Santo Agostinho considerava que o amor verdadeiro era o *amor caritas*, isto é, aquele que é de Deus, para Deus e eterno. Ele acreditava que o *amor cupiditas* era o amor

sensível e regido pelo desejo do que não se tem e do medo de perder o que se adquiriu. O *amor caritas* vai prevalecer durante a alta idade média e toda a mentalidade cristã ocidental até aproximadamente a revolução cultural ocorrida entre 1500-1700.

Santo Tomás de Aquino, em concordância com as crenças amorosas da antiguidade, acreditava que o amor é o verdadeiro bem e a felicidade está no encontro contemplativo com este bem, que é Deus. Portanto, tanto na concepção de amor da Grécia como na concepção de amor cristã ou *caritas cristã*, o amor verdadeiro era um sentimento voltado para algo que transcendia a vida mundana e aspirava à eternidade. Essa crença amorosa prevaleceu durante essa época, mas concorreu com a vertente mística cristã do amor e com o amor cortês. Dentro da concepção mística cristã, São Bernardo considerava que a felicidade amorosa está relacionada a uma experiência incompleta que só se realiza na posse do objeto de amor.

Na mística cristã do sujeito amoroso, o amor é aquele proveniente de Deus e para Deus, sendo colocado pelo objeto no sujeito que reage amorosamente à paixão divina. Esse amor como conhecimento é instrumento da educação do sujeito para a vida em sociedade. Mas no pensamento místico, o amor é um sentimento emocional ou vivência emocional. Nessa corrente sentimentalista, o amor é um exercício de autoperfeição e o sujeito amoroso tende a ser seu próprio objeto de amor (Costa, 1998).

São Paulino ao discorrer sobre o amor fala também de amizade. A amizade não é apenas a livre escolha de duas pessoas para serem amigas, mas depende do dom de Deus. Para ele o amante buscará no amado um reflexo da eterna beleza que levará à visão da própria beleza, aspecto este do bem absoluto e, para se atravessar a via amorosa precisa-se de um exercício de autoconhecimento ou a aceitação racional da natureza do amor. São Paulino para falar do amor cria um vocabulário no qual se observam

elementos que serão reencontrados nas experiências românticas da mística crista, do amor cortês e de épocas posteriores ao romantismo.

São Bernardo tenta controlar essa concepção exagerada do amor-amizade. Para ele é sinal de plena realização do amor divino no homem a ênfase à experiência pessoal do conflito ou do sofrimento como realização de amor divino no homem. São Bernardo acreditava que o conhecimento humano era alcançado pela alma no momento em que ela se separa do corpo para alimentar um convívio com Deus, existia um combate ao sexo. Em São Bernardo, quando o sujeito se torna “sujeito do amor”, sua subjetividade será entendida como subjetividade em luta contra o sexo e o amor seria o estágio superior ao do desejo carnal (Costa, 1998).

Para Branden (2002), a doutrina do amor cortês foi desenvolvida por trovadores e poetas das cortes da nobreza e muitas vezes administrada pelas mulheres de nobres que partiam nas cruzadas. O amor cortês tinha como base uma imensa paixão entre um homem e uma mulher de outro, mas era um amor que não deveria ser consumado. O mais importante era o enobrecimento do amante que era incentivado a realizar atos de coragem para conquistar a mulher de seus sonhos e a mulher seria a fonte de tal enobrecimento. O fundamento para o amor cortês era que o desejo não correspondido e não satisfeito inspirava a luta e a paixão, mas não devendo ser consumado.

O amor cortês inspirou posteriormente o surgimento do amor romântico, já apresentando algumas características semelhantes, como o princípio de que o autêntico amor entre um homem e uma mulher se fundamenta na liberdade de escolha de cada união, não podendo se desenvolver se submetido à autoridade familiar, social ou religiosa. Além disso, esse amor se baseia na admiração e respeito mútuos, sendo de grande importância para a vida (Branden, 2002).

De acordo com Costa (1998), o amor cortês vai enfatizar o aspecto do desejo insatisfeito. Segundo Costa, Rougemont considerava a experiência do sofrimento inerente ao amor cortês. Mas Lot-Borodine considerava que o amor cortês não era apenas a busca do sofrimento amoroso, mas que poderiam existir três tipos de amor: o “amor-abandono”, o “amor cortês propriamente dito” e o “serviço de amor”. O amor abandono sustenta a tese da busca do sofrimento; no amor cortês propriamente dito e no serviço do amor, existe a sublimação do amor carnal. Portanto, o amor cortês tinha como características a relação de sofrimento com o objeto de amor e a laicização do objeto de amor, mas o que realmente importava era a renúncia da posse do objeto de desejo. Em relação à laicização do objeto de amor, presente no amor cortês, a imagem da dama passa a substituir o lugar de Deus como objeto do desejo e a figura da mulher passa a ser revalorizada. O amor cortês ao dissociar a ideia de amor do Supremo Bem como também do vínculo conjugal prepara as condições culturais para o surgimento do amor-paixão romântico posteriormente.

Na Europa do século XII, a herança era transmitida pelo parentesco lateral, para os mais velhos e não vertical, assim os filhos mais jovens dos senhores feudais ficavam sem dinheiro, poder e propriedades. Esses jovens para adquirir poder e terras teriam que conseguir casar com uma noiva rica. Desses jovens sem herança surgem os cavaleiros. Eles queriam rebelar-se contra a ordem social dos mais velhos, contra o clero e o papado de Roma. Mas a cultura do amor cortês tentou dissolver essa ameaça através do amor, pois a educação desses jovens passou a ter o amor como objetivo e agente de sua educação, sendo o amor cortês uma maneira aceitável de rebeldia contra os costumes sociais dominantes. O sujeito na metafísica do objeto de amor sabia qual era a natureza do Supremo Bem e utilizava o amor para chegar até ele, mas não tinha sua essência na experiência do sentimento amoroso (Costa, 1998).

Ainda de acordo com esse autor, no amor cortês acreditava-se que o amor era o valor que dava sentido à vida das pessoas, o que pode ser visto nos códigos de amor e nos tribunais de amor. Nos julgamentos de amor, observa-se o início de uma individualização amorosa, há uma idealização desmedida das emoções sensíveis; da relação dual; da humanização do objeto amado; da aceitação dos ciúmes, da suspeita, do ressentimento etc. Com isso observa-se o início do amor-paixão romântico no qual estão presentes a preocupação constante em se manter o processo desejado.

Segundo Costa (1998), a metafísica do objeto de amor vai se revelar plenamente no movimento romântico. A moderna concepção do sujeito amoroso surgiu através do amor cortês e da mística cristã; das teorias sobre o sujeito nascidas das revoluções econômico-político-culturais entre os séculos XVI e XVII; das práticas de subjetivação criadas pelo convívio social nas Sociedades de Corte.

Entre os séculos XVI e XVII, a metafísica do sujeito amoroso foi para o primeiro plano em detrimento da metafísica do objeto de amor que passa para o segundo lugar. Começa-se a pensar sobre a natureza do sujeito amoroso relacionado com as mudanças político-econômicas da época.

Com o surgimento do mecanicismo, em vez de se entenderem as coisas e conceitos de forma teleológica, passa-se a entender as coisas de forma mecânica; então, se abandonam as explicações baseadas no conceito de verdadeiro bem para adotar as explicações do homem como verdadeiras e acreditava-se que a explicação para as coisas mais complexas se encontram nas coisas mais simples.

Com esse pensamento, o amor cai do topo onde estava na época clássica antiga e cristã e emerge o desejo e depois o prazer. Hobbes defende o desejo como peça fundamental para o egoísmo ou do amor de si. A concepção de amor em Hobbes diverge da concepção socrática do verdadeiro amor e da concepção de Santo Agostinho do amor

como algo que não se pode perder contra a vontade e só se alcança a plenitude a partir do desejo de Deus, pois só assim o homem encontra a verdadeira serenidade e satisfação, enquanto o desejo em si seria algo ruim. Hobbes diverge dessas duas concepções, pois para elas predominavam as ideias que o amor busca a posse eterna do objeto de amor (Costa, 1998).

Na metafísica do sujeito amoroso de Hobbes, “o desejo era o átomo na constituição individual” e os conflitos da alma contra o corpo ou do espírito contra a carne ficam em segundo plano. Para ele o amor seria o “amor de si”, que é o próprio egoísmo, e seria subproduto do desejo.

Segundo Costa (1998), para Locke e Condillac o amor se torna produto do prazer, tendo ênfase a sensação. O amor vai ser considerado sinônimo de sensação prazerosa ou um conjunto de impressões sensoriais de prazer. Na época moderna, o amor transformou-se em um movimento autônomo do corpo ou da alma autodirigido, que surge dos desejos do sujeito e tem como finalidade atender às demandas do prazer. Além disso, o amor passa por um “movimento para mais longe”; em vez de para cima em direção ao sublime, passando a ser visto como estado de prazer que deve constantemente ser renovado.

Portanto muitos fatores contribuíram para o surgimento do amor romântico, entre eles o amor cortês, a mística católica, o pensamento político filosófico e a crise da sociedade de corte. A sociedade de corte levou os sujeitos a um maior controle de si devido a suas exigências de civilidade. Muitos nobres rurais, com a finalidade de permanecerem próximos do rei, deixaram de manifestar o que sentiam e o que pensavam para seguir condutas mais adequadas para a obtenção de favores provindos do rei e ao mesmo tempo em que os nobres viram na vida de corte o sentido da vida também

provocou uma reação contra as regras rígidas dessa sociedade. Essa transição da vida rural para a vida de corte fez com que emergissem os romances pastoris (Costa, 1998).

Segundo Costa (1998) para Elias, como reflexo da centralização das vidas individuais começam a surgir termos que posteriormente serão características do Romantismo como desenraizamento, alienação e a idealização do passado. A partir disso, vem a concepção de amor que encontrará seu apogeu no “romantismo amoroso”. A frivolidade, sensualidade, frieza e calculismo dos amores de corte são criticados em nome da simplicidade, moralidade, honestidade e beleza dos amores pastoris ajudando a romper os laços com o amor cortesão, sendo este voltado para a perpetuação do equilíbrio político das casas e linhagens nobre e para manter o prestígio dos senhores aristocráticos, contribuindo para a difusão do ideal de amor como virtude privada sem relação com os ideais políticos. Essa nova concepção de amor surge no momento em que acontece o processo de interiorização dos sentimentos, assim com o surgimento das práticas de autocontenção emocional exigidas pela vida de corte ocorreu uma intimização e singularização dos sentimentos.

Rousseau faz uma análise sobre o sujeito amoroso. Para ele, existe o *amor de soi*, que é a paixão mais primitiva, inata, anterior a qualquer outra, e dela nascem as paixões doces e afetuosas. Do *amor propre* nascem as paixões odiosas. Esses tipos de paixão devem ser educadas. A criança na sua educação deveria se tornar sensível ao sofrimento do outro e aprender a domesticar a força sexual. Ele relaciona amor e sexualidade e considera que um deve complementar o outro. O sexo seria a força que torna a sociabilidade natural, mas limitado pela cultura. O sexo pode ser convertido em força útil para a construção de uma sociedade justa e da conjunção entre sexo, amor e casamento na unidade da família conjugal (Costa, 1998).

Rousseau para compreender o amor reúne vários elementos, entre eles: a exaltação do amor ao supremo bem, a Deus ou à dama; a exaltação dos desejos e prazeres; o controle da sexualidade e a ideia de concórdia entre o sujeito e o social. A carne se transforma em sexo, se torna dócil e dispensa as renúncias do amor de cortesia. A figura da parceira sexual atrelada ao contrato conjugal feliz se tornou um dos tópicos do ideal amoroso. Outras correntes românticas priorizam o amor místico ou o amor cortês na versão do amor-abandono ou do amor infeliz.

A vertente do amor sublime defende a visão idealizada do amor romântico, sendo este visto com mistério, magia e idolatria sexual do parceiro que nos leva a nos entregar ao parceiro, mesmo estando suscetíveis às incertezas do acaso. No amor sublime, a sexualidade é obrigatória e deixa de ser suja quando ligada ao sentimento amoroso. Quando o sexo é subordinado ao amor, ele é engrandecido. O amor-paixão romântico prometia um tipo de felicidade na qual os indivíduos encontrariam a completude com uma perfeita adequação física e espiritual ao outro (Costa, 1998).

Freire, Sartre, Simel e Péret mostram cinco determinantes do amor romântico. São eles: a idealização de um sentimento pessoal, apresentado como pleno, mágico, extático e superior em intensidade e gozo em relação a qualquer outra experiência emocional; a desqualificação moral do exercício puramente físico da sexualidade; a exigência de uma sexualidade livre e, ao mesmo tempo, submissa ao amor; estabelecimento da sexualidade como pré-requisito da realização do amor sublime; a exigência de que o indivíduo entregue sua felicidade ao acaso (Costa, 1998).

Giddens (1993) afirma que existiriam dois tipos de amor. O primeiro seria o amor romântico, o que é marcado pela idealização do outro, pelo caráter obsoleto do sexo e pela sua organização em um relacionamento oficial, como um casamento. A construção desse tipo de amor foi possibilitada pela construção da concepção de

maternidade, o que colocava a mulher como grande responsável pela criação dos filhos; pela conseqüente modificação nas relações entre pais e filhos, a mãe passa a ser a grande responsável pela educação infantil e finalmente pela concepção de lar. Assim tal tipo de amor estaria ligado ao período em que a tradição prevalecia. A reflexividade põe isso em xeque, tem-se espaço para uma nova forma de pensar. O amor apaixonado, o segundo tipo, tem como característica mais forte a relação entre amor e ligação sexual. Nesse sentido, este tipo seria contrário aos ditames sociais, pois retira o sujeito da rotina social, ligando-se à “alta-modernidade” pela escolha autônoma do sujeito de sua formatação e seus constituintes. Portanto o amor apaixonado é um fenômeno mais ou menos universal enquanto o amor romântico é mais cultural.

Na Europa pré-moderna, a emergência dos ideais de amor estava relacionada aos valores morais da cristandade. A partir do final do século XVII, o amor romântico passou a marcar presença. Nesse tipo de amor, o elemento do amor sublime predomina sobre o ardor sexual. Então o amor romântico implica atração instantânea, amor à primeira vista, mas completamente separado das compulsões sexuais, apaixonadas do amor apaixonado. O amor romântico era essencialmente um amor feminilizado, pois estava associado às ideias de casamento, maternidade e do lar enquanto que para os homens existia uma tensão entre amor romântico e amor apaixonado. Então o amor romântico era reservado para o ambiente doméstico, enquanto o amor apaixonado relacionado à sexualidade amante (Giddens, 1993).

As mudanças sociais ocorridas e o surgimento do amor romântico acarretaram em diversas transformações, principalmente aquelas relacionadas ao casamento, pois começa a existir um maior grau de autoquestionamento sobre os relacionamentos e seus sentimentos e os do parceiro amoroso em relação a eles e as pessoas passam a desejar que o casamento aconteça “por Amor” e não apenas por

conveniência. Durante muito tempo, se associou a ideia de amor romântico com a maternidade e com o casamento e se mantinha a ideia de que um dia se encontraria o verdadeiro amor e que uma vez encontrado este é para sempre. Então enquanto o casamento era considerado para sempre estava bem delimitada a relação entre o amor romântico e a parceira sexual e assim a sexualidade feminina ficava confinada ao casamento. Com as transformações sociais que foram ocorrendo, essa ligação entre casamento e sexualidade e sua relação com o amor romântico vai declinando (Giddens, 1993).

3.2- AMOR E CASAMENTO

De acordo com Araújo (2002), desde a antiguidade até a idade média, o casamento era realizado com uma finalidade econômica, era “um negócio de família”. O casamento era um contrato entre famílias, no qual os pais eram os responsáveis pela escolha e realização deste. O amor não tinha papel importante na decisão de se casar e a sexualidade tinha como função apenas a reprodução, não devendo existir lugar para o prazer dentro do casamento.

Segundo Trigo (1989), na ordem patriarcal, o casamento tinha como intuito fundamental a manutenção e transmissão do patrimônio, de fortalecimento de grupos de parentesco e de status, preservação da herança e do poder econômico e não havia espaço para os interesses pessoais. Então o parceiro ideal, de acordo com a ordem social estratificada e estável, seria aquele que poderia ser considerado como “igual”, pois teria os mesmos valores, interesses e gostos principalmente relacionados à questão econômica. Além disso, a igreja pregava a indissolubilidade do casamento, por isso deveria ser uma escolha bem pensada de acordo, principalmente, com o discurso da

“igualdade”. Portanto, as famílias queriam casar bem os filhos, e, por isso, o casamento era arranjado, não se cogitando a necessidade do amor entre os cônjuges para que acontecesse o matrimônio.

Segundo Giddens (1993), na Europa pré-moderna, os casamentos aconteciam baseados na questão econômica: entre os pobres, seria para organizar o trabalho agrário e, entre os ricos, para manter o nível social. As demonstrações de carinho como beijos e carícias raramente eram vistas entre os casais casados. Estava bastante presente a diferenciação entre a sexualidade casta do casamento e o caráter erótico ou apaixonado dos casos extraconjugais.

De acordo com Araújo (2002), até o século V, o casamento não sofria influência do clero. Era um ato privado entre os nobres com o intuito de transmitir a herança, títulos e para a formação de alianças políticas. Inicialmente acontecia a cerimônia de promessa de casamento na casa da futura esposa, onde se trocavam palavras e bens. O rito nupcial propriamente dito acontecia numa festa, na casa do noivo. Ao redor do leito, se reuniam várias testemunhas e o pai do rapaz celebrava a união. Nessa época a fecundidade e a fidelidade absoluta da mulher eram indispensáveis ao casamento. Assim, a esterilidade levava ao repúdio e o adultério ao abandono e à morte da esposa adúltera.

A partir do século V, com a queda do império romano e com a expansão do cristianismo, a igreja passou a exercer uma maior influência sobre o casamento, mas ainda era uma presença pequena. A igreja pregava a virgindade, castidade e a continência para que o indivíduo conseguisse atingir o reino dos céus. Mas, com o tempo, a igreja acaba aceitando o casamento como forma de controlar a sexualidade. A igreja passa a aceitar o casamento como o único espaço legítimo para o uso da

sexualidade, que deveria ter como finalidade exclusiva a procriação, não havendo espaço para o prazer (Araújo, 2002).

Segundo Trigo (1989), o amor era ligado ao prazer e exercício da sexualidade, mas, ao fundir-se ao matrimônio, o amor é dessexualizado ou, pelo menos, direcionado para a procriação, dando ênfase à junção casamento-amor, ficando a sexualidade camuflada, e sendo valorizada a virgindade-pureza. O amor se molda de acordo com às expectativas da sociedade e de certa forma funde-se as expectativas do patriarcalismo e cânones amorosos. Nessa fusão, a mulher é a mais atingida, pois, em nome do amor, ela deve cumprir muitas tarefas que lhe são impostas, desempenhando seu papel e cumprindo os deveres que a sociedade e a condição de amar e ser amada exigem dela, tendo como princípio fundamental que a mulher pratique a renúncia, a dedicação e a submissão, sendo estes gestos considerados como provas de amor.

Portanto, à medida que a oposição entre amor e casamento vivida pela tradição cortês no século XII vai desaparecendo em determinados grupos, o amor-paixão vem cedendo lugar a um amor mais doméstico, próximo ao dever limitado pelas relações conjugais e sociais. Nessa época, imperava a moral do dever que procurava aproximar amor e dever, possibilitando a identificação amor-casamento. Nessa época, acreditava-se que o parceiro adequado era o já conhecido e com o qual poderia ser projetado um futuro. Predominava a crença de que o amor nascia da convivência e que a convivência ao lado de um parceiro bem escolhido, de acordo com as exigências familiares e sociais, levaria ao fortalecimento do vínculo amoroso.

Segundo Araújo (2002), no século XII, houve a sacralização do casamento pela igreja. No século XIII, com a normatização da moral cristã, estabeleceu-se o sacramento do matrimônio, tornando o casamento monogâmico, indissolúvel e a cerimônia passando a acontecer na igreja, conduzida por um padre. Até o século XIII,

existia diferença entre amor no casamento e fora dele. O primeiro tinha como finalidade exclusivamente a procriação, enquanto que o segundo, o amor-paixão, estava ligado ao prazer.

O amor se expandiu nas relações ilícitas, como nas relações com cavalheiros, poetas ou trovadores. O amor cavalheiresco era ligado ao adultério carnal e poucas vezes resultava em casamento, enquanto que o amor cortês, cantado pelos trovadores, era um adultério espiritual que nunca resultava em casamento. A dama era venerada e cortejada através de músicas, declarações, poesias, mas sempre a distância, nunca havia encontro carnal. A igreja desaprovava essas duas formas de amor (Araújo, 2002)

A partir da revolução burguesa, vai ocorrendo a dessacralização do poder da igreja e acontecendo mudanças nos valores que predominavam na época, inclusive aqueles relacionados ao casamento. Segundo Araújo (2002):

Uma mudança radical dos valores até então vigentes começa a se instaurar com a nova ordem, sublevando e renovando os modos de vida pessoal, social e familiar. O sistema daí resultante assume como característica principal uma permanente capacidade de mudança. O mundo, público e privado, entram num processo de constante transformação (p. 72).

De acordo com Trigo (1989), a partir do século XIX, na Europa Ocidental, e das primeiras décadas do século XX, no Brasil, mudanças começam a influenciar na família e no casamento. Nas primeiras décadas do século XX, ocorreu a passagem da estrutura patriarcal para uma nova ordem econômica e social com ideologias de cunho individualista, acarretando mudanças que atingiram a família e o casamento que tiveram que adequar suas estruturas aos novos valores. As ideologias individualistas começavam a dominar e o sujeito passou a pensar e ser pensado como um ser mais liberto. Nesse

período, a escolha matrimonial torna-se em parte mais livre, tendo o amor como a base para essa escolha, mas o casamento continua sendo indissolúvel e duradouro. Tenta-se unir amor e casamento e superar a ideia anterior de que o amor é assunto extraconjugal. Assim, o amor é redefinido e trazido para dentro do matrimônio e perde, nessa passagem, as características de transitoriedade, ilegitimidade e alienação da consciência. É um amor que exige bastante consciência e autocontrole dos parceiros.

Com a passagem da ordem estamental e patriarcal para uma sociedade de classes, quando a oligarquia agrária transforma-se em parte de uma burguesia mais ampla da qual participavam outros grupos, como comerciantes, imigrantes ricos etc., modifica-se também o conceito de amor e a maneira de escolha do parceiro. Assim, na medida em que a influência patriarcal torna-se mais sutil e distante, o amor passa a anteceder as uniões e o parceiro deixa de ser apenas aquele encontrado em um grupo restrito e passa a ser também alguém que você pode conhecer no trabalho, no lazer ou em outras situações. Assim a família deixa de ser um ponto de referência principal dos casamentos e os valores sociais e culturais do ambiente familiar como também as características individuais passam a interferir na escolha do parceiro amoroso (Trigo, 1989).

Segundo Araújo (2002), o casamento na sua concepção atual, na qual a sexualidade e o amor assumem um papel importante dentro dele, surgiu com a era burguesa. Antes desse período, o amor e a paixão não existiam no casamento; esses sentimentos apenas eram vivenciados nas relações de adultério. Após o período burguês, o casamento continuou passando por modificações, acarretando no surgimento de novas formas de casamento, de relacionamentos e de amor para atender às exigências da sociedade.

Assim o casamento por amor vai se estabelecendo até virar regra básica na era moderna. Com a modernidade, ocorre uma valorização do amor individual, estabelece-se o casamento por amor, amor-paixão, predominando o erotismo na relação conjugal. Através desse novo ideal, as pessoas se casam por amor e com isso criam várias expectativas sobre a felicidade e o amor dentro do matrimônio e que muitas vezes este poderia acabar em desilusão no caso de não serem atendidas suas expectativas. Como o amor-paixão geralmente não dura para sempre, o amor conjugal relacionado a ele pode vir a acabar, surgindo a possibilidade do divórcio.

De acordo com Araújo (2002), por volta dos séculos XVIII e XIX, Malthus, um clérigo inglês, propõe que o casamento deve privilegiar a ética acumulativa, o desejo de ascensão social e o individualismo. O casamento, na visão de Malthus, deveria ter como finalidade os propósitos econômicos e psicológicos do casal e não mais a procriação. O casamento era centrado no vínculo conjugal e deveria ter uma relação mais igualitária entre marido e mulher.

A autora afirma que, para Foucault, a sexualidade é uma construção social que abrange os efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais. Ao longo do tempo, foram criados dispositivos para controlar a sexualidade. A partir do século XVII, se iniciou uma época de repressão à sexualidade e uma das maneiras de se fazer isso foi incentivar os discursos sobre a sexualidade como forma de controle. Nos séculos XIX e XX, foi criado um discurso para suprimir a sexualidade não relacionada ao casamento e à procriação. Romper com as regras do casamento ou procurar prazeres estranhos levava à condenação moral ou jurídica.

Segundo Vaitsman (1994), inicialmente a família possuía uma função produtiva, isto é, de produzir bens para o próprio consumo e/ou para troca. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, houve uma redefinição de gênero e de classes.

A família deixa de ter sua função produtiva, que passa a ser exercida através do trabalho remunerado exercido no mundo público e regido segundo os princípios do mercado. De acordo com esses princípios, os indivíduos poderiam concorrer livremente para vender sua força de trabalho, produtos ou serviços. Estava presente a dicotomia entre público e privado, e as mulheres ficaram restringidas a participar apenas do mundo privado.

Dessa forma, a mulher pertencia apenas ao mundo privado, ao mundo doméstico, no qual exercia principalmente os papéis de mãe e de esposa, sendo excluída do mundo público. Existia uma hierarquia de gênero, na qual o homem estava no topo dela. Dessa forma, de acordo com Vaitsman:

O desenvolvimento da sociedade capitalista, mais tarde sociedade industrial moderna, levou a uma redefinição não só das relações entre as classes, mas também das relações de gênero. A família privatizou-se e transformou-se em família conjugal moderna, perdendo suas funções produtivas -segundo a concepção econômica que passou a representar como produtivas apenas as relações exercidas na esfera do trabalho remunerado. Construía-se um mundo feminino, privado, da casa, que passou a se colocar como oposto a um mundo público, da rua, que se tornou, no imaginário social e na ideologia oficial, um mundo masculino. (...) (p. 29)

Na sociedade tradicional, a hierarquia era vista como algo natural, mas, com o desenvolvimento dos valores individualistas na sociedade ocidental, a hierarquia passou a ser vista de forma diferente e deixou de ser pensada como algo natural e começou a ser vista como decorrente do mundo social. Por volta do século XVIII, o pensamento liberal considerava que não existia desigualdades naturais entre os homens, que elas são resultantes do seu esforço para apropriar-se das forças da natureza, são frutos do trabalho (Vaitsman, 1994).

Embora o pensamento liberal pregasse a igualdade, esta se limitava àqueles que se apropriaram das coisas da natureza, os proprietários, e de acordo com o gênero. Assim os não proprietários e as mulheres não gozavam dessa igualdade. As mulheres ficariam responsáveis pelas atividades improdutivas, que seriam aquelas relacionadas ao lar, enquanto os homens ficariam com as atividades produtivas, isto é aquelas com trabalho remunerado e externas ao lar (Vaitsman, 1994).

A concepção moderna de igualdade entre os indivíduos considera como sendo estes donos de seu corpo e seu trabalho e assim a mulher continuava a ser excluída, uma vez que elas não detinham o controle de seu corpo. Só recentemente conseguiram controlar a fecundidade e não possuíam o controle do seu trabalho, pois este se realizava no interior da família, sendo considerado sem valor (Vaitsman,1994).

Dessa forma, a noção moderna de igualdade inicialmente se aplicava diferentemente entre homens e mulheres existindo uma hierarquia de gênero em que os homens ficavam no topo da hierarquia. A família conjugal moderna e individualista se estruturou através de uma hierarquia de gênero, numa divisão sexual do trabalho e numa diferenciação entre público e privado que impedia o exercício da igualdade e liberdade da mesma forma por homens e por mulheres. Esse tipo de família é estruturada numa relação de amor e de contrato entre dois indivíduos que se unem livremente, mas é estruturada na divisão sexual do trabalho, ficando a mulher subordinada ao homem, exercendo suas atividades no mundo privado e sendo excluídas do mundo público. Com o passar do tempo, as mulheres participavam cada vez mais das atividades públicas e a conquista de direitos formais de cidadania modificaram este tipo de família (Vaitsman,1994).

Inicialmente, com a industrialização, as mulheres foram excluídas do mundo público, mas, com o passar do tempo, as mulheres foram aumentando sua participação no

ensino superior, nas atividades profissionais, políticas, artísticas e culturais redefinindo o público e o privado, que eram diferenciados de acordo com o gênero. As mulheres questionaram a dicotomia público e privado, conquistaram direitos como cidadãs constituíram-se como indivíduos, o individualismo patriarcal foi abalado e saíram exclusivamente da esfera do lar ampliando sua participação na esfera pública. A igualdade entre homens e mulheres colocou-se como uma possibilidade social (Vaitsman,1994).

No século XIX, época do desenvolvimento da sociedade industrial, devido ao romantismo e à nova divisão do trabalho, a individualidade passou a significar singularidade. O desenvolvimento da individualidade está relacionado ao desenvolvimento da sociedade moderna, com a eliminação de barreiras de status, religiosas, declínio da autoridade paterna e a liberdade de mobilidade social ou geográfica. O círculo de pessoas que seriam possíveis parceiros no casamento ampliou-se e também a liberdade de escolha, sendo o casamento justificado pela noção romântica de individualidade e amor modernos de que existem somente duas pessoas que foram feitas uma para outra. Mas a desigualdade entre homem e mulher faz com que a livre escolha seja mais um princípio do que uma prática. A livre escolha do parceiro deixou o casamento moderno sujeito à dissolução (Vaitsman,1994).

No século XX, por volta dos anos 70, rompeu-se o ciclo do desenvolvimento do capitalismo estabelecido por Ford, que acelerou o tempo e aumentou a produtividade. Após a segunda guerra mundial, a queda de barreiras de comércio e investimento aprofundou a internacionalização do capitalismo (Vaitsman,1994).

Após 1972, com a perda da hegemonia industrial por parte dos EUA, o aumento das dívidas internacionais, a estagnação da capacidade fiscal do estado, teriam inaugurado um momento de mudança no sistema capitalista, surgindo um momento de

flexibilização do processo de trabalho, aos produtos e padrões de consumo. Mantendo-se as novas tecnologias de produção e numa nova organização do trabalho, o tempo de giro do capital acelerou e os custos do trabalho reduziram. Com isso, ficaram mais comuns formas mais flexíveis de trabalho, contratos de trabalho por tempo parcial, temporários, por prazo indeterminado, subcontratação etc., atendendo as exigências do mercado e dos trabalhadores. Paralelo a isso, se reviveram os sistemas de trabalho doméstico, pequenos negócios e atividades informais, passando a coexistir no mesmo espaço diferentes sistemas de trabalho (Vaitsman,1994).

Concomitantemente, com o apoio dos novos sistemas de comunicação e informação, se expandiu a sociedade de consumo, acelerando o ritmo do consumo em áreas de vestuário, ornamento, decoração, hábitos de lazer e esporte, musica pop, vídeo games etc. e aumentou o consumo de serviços de comércio, educação e saúde, como também serviços de consumo efêmeros, como diversões, espetáculos, happenings etc. (Vaitsman,1994).

O sistema financeiro adquiriu um grau de autonomia em relação a produção real contribuindo para a flexibilidade geográfica e temporal da acumulação de capital. A estrutura de classes também passou por modificações surgindo camadas privilegiadas altamente qualificadas detentoras do conhecimento das novas tecnologias e surgiu uma subclasse mal remunerada e sem poder (Vaitsman,1994).

Com a ruptura do sistema fordista, a dinâmica organizacional e técnica do capitalismo modificou-se provocando um aniquilamento do espaço através do tempo, acentuando a instabilidade dos princípios temporais que organizavam a vida social. Com a aceleração do tempo de giro do capital, a flexibilidade dos sistemas de trabalho e a fragmentação favoreceram o individualismo e repercutiram na forma de pensar, sentir e no comportamento dos indivíduos, pois se enfatiza a efemeridade da moda, dos

produtos, produções técnicas, processos de trabalho, ideias, ideologias, valores e práticas estabelecidas (Vaitsman,1994).

3.3- O AMOR E OS RELACIONAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

De acordo com Vaitsman (1994), as transformações que ocorreram na sociedade contemporânea levaram ao surgimento de movimentos que lutavam contra formas específicas de opressão e fizeram uma crítica social, cultural e política a algumas configurações dominantes de poder no mundo moderno. Esses movimentos foram chamados de pós-modernos. De acordo com essa autora, na condição pós-moderna, o saber não tem mais sua referência através de filosofias universalistas da história que representaria os interesses universais da humanidade. A razão que deveria ser universal não mais se mantém dessa forma.

Ainda de acordo com a mesma autora, na sociedade “pós-moderna” a vida cotidiana é fragmentada, descontínua e heterogênea, e dessa forma, é impossível pensar o social de uma maneira universal. Há uma desconstrução dos pressupostos e da proposta de universalização que caracterizavam a cultura, a arte e o saber modernos. Assim, o pós-moderno desconstrói a realidade e critica crenças universais vistas como óbvias e verdadeiras, mas que na verdade mantêm relações de dominação. Apesar de que na sociedade pós-moderna as identidades sejam fragmentadas e sua análise não possa ser baseada em categorias gerais, não podemos excluir da análise os problemas contextuais e as transformações macro históricas.

O pós-modernismo é caracterizado pela efemeridade, pela fragmentação, pela descontinuidade e pelo caótico e pensa o mundo como pluralidades de realidades que

coexistem, valorizam as experiências particulares de grupos e indivíduos, não aceitando a ideia de totalidade e de universal. Enquanto que o modernismo embora veja a realidade como complexa e através de múltiplas perspectivas, concebe-a como uma singularidade (Vaitsman,1994).

O modernismo nasceu junto com a modernização industrial e apresentava um discurso baseado numa visão teleológica de progresso e modernização e enfatizando dicotomias como progresso/reação, direita/esquerda, modernismo/realismo etc. que, com o surgimento da condição pós-moderna, romperam-se. O pós-modernismo nasceu ligado ao cosmopolitismo, à sociedade de consumo, tecnológica, eletrônica, dominada pela informação, pelo vídeo e por um sistema de signos e imagens através dos quais a publicidade cria desejos, simulacros da realidade e onde o impulso e o desejo preponderam sobre a razão(Vaitsman,1994).

No período pós-moderno, a experiência psíquica e as linguagens culturais são dominadas por categorias de espaço e não de tempo, dificultando a atuação do sujeito ao longo do espectro temporal e a organização numa experiência coerente de seu futuro e passado, havendo o enfraquecimento da historicidade e as produções culturais do sujeito resultariam em fragmento. O espaço urbano sofreu mudanças tornando-se um hiperespaço no qual o indivíduo não consegue mais se focalizar. A sociedade tornou-se um simulacro e o real vários pseudoeventos. O “pós-moderno” seria caracterizado por uma falta de profundidade, uma superficialidade da cultura, da imagem, do simulacro que constituem um discurso fragmentário. Os processos sócioeconômicos e culturais no mundo contemporâneo vêm modificando os significados do espaço e do tempo, afetando as formas artísticas, culturais, filosóficas e políticas (Vaitsman,1994).

Essas transformações sociais, econômicas e culturais resultaram na fragmentação, incerteza e instabilidade no mundo contemporâneo, influenciando na maneira como os indivíduos constroem suas identidades.

A identidade moderna tinha como base escolhas fundamentais que definiam quem era a pessoa, como a sua ocupação, sua função na esfera pública ou privada, sua profissão, suas identificações políticas e família. A identidade moderna era mais estável e autoreflexiva. Quando o sujeito assumia múltiplas identidades, ele sentia a necessidade de definir uma delas e, caso ocorresse instabilidade na construção da identidade, acarretava em ansiedade. A identidade pós-moderna é centrada em torno do lazer, da aparência, da imagem e do consumo. Essa identidade pode assumir múltiplos papéis, sendo o sujeito livre para mudar e produzir suas próprias escolhas, podendo a identidade ser facilmente reconstruída atendendo a demanda da sociedade contemporânea, com suas rápidas mudanças, fragmentação e a instabilidade. As mudanças rápidas, não causariam tanta ansiedade, uma vez que o sujeito pode assumir múltiplas identidades, podendo ser facilmente descartada e reconstruída. O ego pós-moderno torna-se múltiplo, transitório e aberto assim como a identidade pós-moderna (Vaitsman, 1994).

Essas mudanças ocorridas na pós-modernidade, além de atingirem a identidade do sujeito, atingem também os domínios da intimidade. As mulheres por muito tempo pertenciam exclusivamente ao mundo privado, mas questionaram essa posição e a dicotomia público e privado e passaram a participar de diferentes esferas sociais, resultando na fragmentação da concepção de indivíduo universal e patriarcal e da divisão social e sexual do trabalho (Vaitsman, 1994).

Com o aprofundamento e extinção do individualismo, as mulheres passaram a ter aspirações e construir suas identidades para além da vida privada, reformulando permanentemente seus projetos, vontades e aspirações individuais, levando à

instabilidade e volatilidade nas relações íntimas, no casamento e na família (Vaitsman,1994).

A partir do momento em que são redefinidos o individualismo patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a dicotomia público-privado, atribuída segundo o gênero, homens e mulheres passam a se ver como iguais e assim foram declinando a família moderna e o casamento moderno, que entraram em crise levando a um maior número de separações. Aos poucos, o casamento moderno vai enfraquecendo até que, na atualidade, as famílias se desfazem e se refazem com uma maior frequência. De acordo com Vaitsman:

O casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa o imaginário social romântico e burguês do período de ouro da modernidade, parece ter ficado para trás. Nas circunstâncias históricas atuais, a noção de eternidade das relações e dos sentimentos foi abalada e isto se manifesta no fato de que lá onde o indivíduo encontrava maior estabilidade e segurança, casamentos e famílias passaram a desfazer-se e refazer-se continuamente (p. 35).

Em diferentes partes da sociedade contemporânea, a concepção moderna de casamento e família, não mais fundada no individualismo patriarcal, passou a coexistir com a concepção pós-moderna. Na pós-modernidade, diferentes padrões de relações afetivo-sexuais passam a coexistir, verificando-se cada vez mais uma pluralidade de outros padrões de casamento e família. Assim, cai o modelo dominante de família, passando a coexistir uma pluralidade de padrões de relações afetivo-sexuais (Vaitsman,1994).

Na pós-modernidade, está presente a heterogeneidade, a fragmentação, a descontinuidade e a efemeridade. Com as transformações sócioeconômicas e culturais,

com a flexibilidade, no mundo pós-moderno ganham ênfase o novo, o móvel, o efêmero, os valores de instantaneidade, o fast food, os descartáveis, inclusive os relacionamentos entraram nessa lógica do efêmero, flexível e descartável. Segundo Vaitsman (1994):

Essas transformações na organização sócio-econômica e cultural, que atingiram boa parte do mundo contemporâneo ajudariam a explicar porque as pessoas passaram a se descartar com muito mais facilidade não apenas dos bens, mas também de valores, estilos de vida, relações estáveis e ligação com as coisas, construções, lugares, pessoas e modos herdados de fazer e ser: o sentido de que “tudo que é sólido desmancha no ar” raramente teria sido tão penetrante (p. 48).

Um dos autores que na contemporaneidade também tem estudado o amor e os relacionamentos é Giddens. Apresentaremos as principais ideias desenvolvidas por ele.

Para Giddens (1993), os relacionamentos passam por uma série de transformações, tanto no seu formato, quanto na percepção que os sujeitos têm acerca deles. Tais modificações estariam, no entendimento do autor, intimamente relacionadas com as características de nossa organização socio-histórica, a qual é denominada de “alta-modernidade”. Nesse sentido, para tratarmos dos relacionamentos contemporâneos, faz-se necessário um entendimento no que tange às características desse período. Para Giddens (1991), a chamada “alta-modernidade” seria marcada por uma série de características, dentre elas a prevalência da reflexividade frente à tradição, a confiança nos sistemas abstratos e o desencaixe, ganharam destaque na medida em que estão mais próximos dos objetivos deste trabalho.

A tradição de acordo com Giddens (1993), por um grande período, norteou as condutas dos sujeitos nas mais variadas áreas. O processo de estruturação dos relacionamentos estava sob a égide da tradição na medida em que uma série de normas deveria ser cumprida para que os sujeitos pudessem iniciar ou mesmo continuar juntos.

Normas ligadas ao comportamento sexual feminino, à forma de oficialização do relacionamento, aos papéis de cada cônjuge dentro do relacionamento, dentre outros, simplesmente eram obedecidas sem possuírem quaisquer fundamentações para sua existência. Daí que, para o autor, poderíamos falar do “período tradicional”. Na “alta-modernidade”, ao contrário, a tradição perde força frente ao pensamento reflexivo, no qual as explicações dos fenômenos deveriam estar vinculadas a partir do trabalho do próprio homem sobre o mundo. Ou seja, as escolhas dos sujeitos, e isso também engloba suas relações, são orientadas grandemente pelo pensamento reflexivo, que provém de suas experiências no mundo. A tradição somente é levada em consideração, o próprio sujeito as encara como significativas. Por isso, de acordo com o referido autor, essa prevalência da reflexividade garante ao sujeito contemporâneo uma liberdade quando comparada com o período tradicional, pois se garantia a multiplicidade de escolhas, em virtude da multiplicidade de perspectivas reflexivas.

A maior influência da reflexividade nas escolhas dos sujeitos associa-se fortemente com o que o autor chamou de “confiança nos sistemas peritos”. Ora, por sistemas peritos entendem-se todas as áreas do conhecimento que são aplicadas e utilizadas cotidianamente, a saber, a ciência e a tecnologia. Tal confiança nos sistemas peritos, ou abstratos, possibilita também que esse sujeito da “alta-modernidade” possa construir relações geograficamente distanciadas, na medida em que ele faz uso dos meios de comunicação disponíveis. Para o autor, esse fato possibilita a interação ainda mais intensa dos conhecimentos, fortalecendo a prevalência da reflexividade frente à tradição (Giddens, 1991).

Essa penetração da reflexividade explicaria, de acordo com Giddens (1993), as radicais transformações observadas nos relacionamentos. Os sujeitos agora constroem seus relacionamentos a partir de suas perspectivas acerca deles mesmos, dos outros e do

mundo. Nesse sentido, um exemplo seria o movimento feminista, cujo resultado foi o enfraquecimento significativo de normas acerca de sexo, virgindade, papel familiar, etc. Outro exemplo apontado por Giddens seria a questão da homossexualidade, a qual é, diferentemente de períodos tradicionais, percebida socialmente como um fenômeno natural, evidentemente com a existência de opiniões divergentes.

A presença do sexo nos relacionamentos também passa pelo crivo da reflexividade, na medida em que os sujeitos, de forma autônoma, escolhem se e quando o sexo passará a fazer parte de uma dada união, sendo ela estável ou temporária. Nesse ponto, percebe-se a grande diferença do comportamento sexual de homens e mulheres no período tradicional e na chamada “alta-modernidade”. Se antes à mulher caberia resguardar-se para seu marido, devendo, portanto, ter a “virtude” de não sucumbir às investidas masculinas, atualmente isso é decidido de forma mais individualizada, levando em consideração uma série de fatores e não apenas por obediência a uma norma.

Recentemente surge a ideia de relacionamento, sendo este um vínculo emocional próximo e contínuo com outra pessoa. Aqui merece destaque o surgimento do conceito de “relacionamento puro”. O “relacionamento puro” é aquele que tem como base a confiança, o compromisso e a intimidade. É aquele no qual se entra em um relacionamento apenas pela própria relação, pelo que pode resultar dela e apenas se mantém se ambas as partes conseguem obter a satisfação necessária, para que cada um, individualmente, se mantenha no relacionamento. Portanto, nele existe uma troca mútua em que cada parceiro deve proporcionar ao outro satisfação no relacionamento que deve ser mantido indefinidamente, até quando for satisfatório para ambas as partes. Sendo assim, o relacionamento pode ser terminado em qualquer época. Então, se antes o amor era vinculado à sexualidade pelo casamento, agora o amor está cada vez mais vinculado à sexualidade através do relacionamento puro.

Na época atual, com a pressão exercida através da emancipação e autonomia sexual feminina e com a crescente presença da reflexividade, os ideais de amor romântico tendem a fragmentarem-se. Então o amor romântico perde cada vez mais espaço com o surgimento do amor confluyente. O amor confluyente é um amor ativo que entra em conflito com as categorias “para sempre” e “único” presentes no ideal de amor romântico. Então quanto mais o amor confluyente consolida-se, mais se busca o “relacionamento especial” enquanto mais se afasta da busca da “pessoa especial”. Além disso, no amor confluyente pressupõe-se a igualdade na doação e recebimento emocional entre os parceiros e quanto mais isso for atingido, mais próximo está do relacionamento puro.

No amor confluyente introduz-se a “ars erótica” dentro do relacionamento conjugal e assim o prazer sexual passa a ser recíproco e se torna um elemento de grande importância para a manutenção ou dissolução do casamento. Além disso, presume-se o desaparecimento da distinção entre respeitáveis e não respeitáveis.

O amor confluyente não é necessariamente monogâmico, a exclusividade sexual permanece até o ponto em que os parceiros a considerarem desejável. Além disso, o amor confluyente não tem ligação específica com a heterossexualidade, abrindo espaço para o amor homossexual. Portanto, na medida que ocorrem mudanças sociais e o amor passa por muitas transformações, observa-se cada vez mais o surgimento de novas configurações de relacionamento.

A sexualidade plástica é aquela separada da necessidade de reprodução e voltada mais para o prazer. Ela desenvolveu-se com o surgimento dos métodos contraceptivos modernos e com as novas tecnologias reprodutivas, permitindo à mulher vivenciar o prazer sexual.

Araújo (2002) concorda com Giddens que as mudanças que vêm ocorrendo no amor, na sexualidade e no casamento resultaram em transformações na intimidade e nos relacionamentos. As novas formas de relacionamento que surgiram valoriza a igualdade entre os parceiros e têm como princípios fundamentais o “amor confluyente”, a “sexualidade plástica” e o “relacionamento puro”, categorias essas que, segundo a autora, foram conceituadas por Giddens.

Segundo Araújo (2002), apesar de o relacionamento puro ter suas origens no amor romântico, eles apresentam várias divergências, pois, apesar de supor a igualdade de envolvimento emocional entre duas pessoas, esses ideais levaram a mulher a uma sujeição doméstica. Com a emancipação sexual e autonomia feminina, esses ideais de amor romântico começaram a se fragmentar, possibilitando a transformação da intimidade e o surgimento de novas configurações de relacionamento. Nesse sentido Araújo discorre sobre essas mudanças:

Tal conquista tem permitido o surgimento de outras formas de relacionamento amoroso, tanto no contexto heterossexual quanto fora dele. Vivemos hoje no signo da pluralidade. O casamento formal, heterossexual com fins de constituição de família, continua sendo uma referencia e um valor importante, mas convive com outras formas de relacionamento conjugal como as uniões consensuais, os casamentos sem filhos ou sem coabitação, e também as uniões homossexuais. Nesse processo de transformação da intimidade, dos valores e das mentalidades, a tendência da sociedade é tornar-se cada vez mais flexível para acolher essas novas configurações das relações amorosas (p.76).

O sujeito contemporâneo presencia inúmeras mudanças e transformações sociais, avanços tecnológicos, revoluções biológicas, descobertas científicas que promovem a saúde e aumentam a expectativa de vida. Bauman (2004) reflete sobre essas

mudanças chamando a atenção para o processo de fragilização dos laços afetivos humanos. Vivemos em um mundo líquido que se opõe a tudo o que é sólido e durável, onde tudo é fluido, muda constantemente em um ritmo acelerado. Nesse contexto, os vínculos afetivos se tornam cada vez mais frágeis, fluidos e descartáveis e um companheiro “até que a morte nos separe” se torna cada vez mais difícil e nos assusta nesses tempos líquidos e de descartabilidade. Tornam-se cada vez mais comuns relacionamentos casais semi-separados e relacionamentos virtuais em que, para desligar-se, basta pressionar uma tecla. Tudo se transforma em mercadoria na sociedade capitalista e os afetos e a sexualidade, entendidos como dimensões das relações humanas, não escapam a essa mercantilização. Não se trata apenas da venda do corpo, ou da exploração das muitas formas de prazer, mas da banalização das relações interpessoais que adquirem, na contemporaneidade, um caráter fluido. As relações tendem a ser de natureza descartável, os vínculos são tênues e se esgotam como se fossem uma mercadoria que perde seu valor de uso.

De acordo com Bauman (2004), atualmente, as pessoas apaixonam-se e desapaixonam-se mais de uma vez e de maneira muito fácil. O amor e a condição de apaixonado são considerados condições recorrentes e passíveis de repetição, nos atraindo a várias tentativas. Na contemporaneidade, aumenta o número de pessoas que chamam de amor mais de uma de suas experiências de suas vidas e consideram que o amor que vivenciam no momento não é o último e que terão a oportunidade de viver uma outra experiência como essa no futuro. O amor eterno e imutável, vivenciado com uma única pessoa para sempre, que existia anteriormente, perde seu espaço. E as exigências para se considerar uma experiência afetiva como sendo amor baixaram, expandido-se as experiências vivenciadas que chamamos de amor. Segundo Bauman (2004):

A definição romântica de amor como “até que a morte nos separe” está decididamente fora de moda, tendo deixado para trás seu tempo de vida útil em função da radical alteração das estruturas de parentesco às quais costumava servir e de onde extraia seu vigor e sua valorização. Mas o desaparecimento dessa noção, inevitavelmente, a facilitação dos testes pelos quais uma experiência deve passar para ser chamada de amor. Em vez de haver pessoas atingindo mais vezes os elevados padrões de amor, esses padrões foram baixados. Como resultado, o conjunto de experiências às quais nos referimos com a palavra amor expandiu-se muito. Noites avulsas de sexo são referidas pelo codinome “fazer amor” (p. 19)

A inesperada abundância e disponibilidade de experiências amorosas levam as pessoas a acreditarem que o amor é uma habilidade que se pode aprender e que o domínio dessa habilidade aprimora-se com a prática, como também o fazer amor que tende a crescer com o acúmulo de experiências. Acredita-se que a próxima experiência amorosa será mais instigante, mas não tão estimulante quanto a que virá depois. Mas, segundo Bauman, tudo isso não passa de uma ilusão, pois o conhecimento que se amplia com as várias experiências amorosas é o conhecimento do amor como episódios curtos, impactantes e intensos e são adquiridas habilidades de terminar rapidamente e começar do início.

Bauman afirma que, na nossa sociedade de consumo, os relacionamentos amorosos são entendidos e seguem a mesma lógica de uma mercadoria, que deve estar pronta para o uso imediato, o prazer passageiro e conduza à satisfação instantânea, sem exigir esforços prolongados. Segundo Bauman (2004):

E assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço. (p. 21).

A parceria amorosa e especialmente as parceiras sexuais seguem a lógica do consumo de mercadorias, na qual nos deixamos levar por nossos impulsos. Na nossa cultura, que prioriza a satisfação instantânea, compramos por impulso, pois o desejo leva tempo para ser cultivado, um tempo que em uma cultura da satisfação instantânea é muito longo. Os motivos para consumir devem nascer instantaneamente, não há tempo para ser cultivado, e podem ter morte instantânea, uma vez concluída a tarefa. O único desejo que pode ser cultivado é o de repetir várias vezes seguidas o momento estimulante de “abandonar-se aos impulsos”. A curta expectativa de vida é uma vantagem que os impulsos apresentam sobre os desejos. Render-se aos impulsos é algo transitório que não deve deixar consequências duradouras que atrapalhem “novos momentos de êxtase prazeroso”.

A parceria, assim como os outros bens de consumo, deve ser consumida instantaneamente, sem maiores treinamentos ou preparação prolongada, e usada uma só vez, isto é deve ser descartável. No caso de serem consideradas defeituosas ou de não serem plenamente satisfatórias, podem ser trocadas por outras que agradem mais. No caso de serem satisfatórias, elas não são usadas por um longo tempo, pois são descartadas e consideradas sem valor no momento em que aparecem versões novas e aperfeiçoadas.

Um relacionamento é considerado um investimento, pois empregam-se esforços, esperando estar fazendo a coisa certa e que aquilo que se perdeu ou deixou de desfrutar seria compensado com algum ganho. Quando se investe numa relação, um dos ganhos esperados é a segurança, mas nos relacionamentos as promessas de compromisso são irrelevantes a longo prazo. Segundo o autor, estar num relacionamento não é algo tão seguro, como acreditam algumas pessoas; estar num relacionamento significa muita dor de cabeça, mas, sobretudo, uma incerteza permanente. Nunca o indivíduo poderá estar pleno e verdadeiramente seguro do que faz ou de ter feito a coisa certa ou no momento preciso.

Segundo Bauman (2004), os jovens na nossa contemporaneidade achariam comum o predomínio do “relacionamento puro” no convívio entre as pessoas. Com a presença desse tipo de relacionamento, o modelo de união “até que a morte nos separe” vai sendo substituído por parcerias mais frouxas que podem ser acabadas a qualquer momento. Assim, no “relacionamento puro”, se entra pelo que se pode ganhar e se permanece na relação enquanto ambas as partes proporcionam satisfações suficientes para continuar e, no caso de não estar satisfazendo alguma das partes, a parceria pode acabar a qualquer instante. Nesses relacionamentos frágeis, que tendem a não durar mais que sua conveniência, dificilmente seria “um solo em que a confiança pudesse fincar raízes e florescer”. Dessa forma, de acordo com Bauman:

O compromisso com outra pessoa ou com outras pessoas, em particular o compromisso incondicional e certamente aquele do tipo “até que a morte nos separe”, na alegria e na tristeza, na riqueza e na pobreza, parece cada vez mais uma armadilha que se pode evitar a todo custo (p.111).

Segundo Bauman (2004), os jovens de língua inglesa aprovam um tipo de relacionamento que chamam de *cool*, isto é, não se pode permitir que a interação

esquente ou permaneça quente, pois se um dos parceiros pode terminar a relação a qualquer momento sem a concordância do outro, investir os sentimentos nessa relação seria algo arriscado, pois isso pode acarretar dependência de uma das partes. Portanto, a dependência pode não ser recíproca e um dos parceiros pode ficar amarrado enquanto o outro continua livre.

De acordo com Bauman (2004), na nossa modernidade líquida, época de incertezas e inseguranças, a intenção de se estar junto e ao mesmo tempo não estabelecer relações duradouras é uma das principais razões da ambivalência e instabilidade presente nos relacionamentos atuais.

Portanto, com a descartabilidade dos relacionamentos em um mundo em constantes mudanças, a vivência satisfatória e saudável de relacionamentos amorosos, conjugais e familiares permanece um desafio. “E os dois foram felizes para sempre...” não é algo de todo impossível, mas certamente se tornou um desafio “num mundo em descontrole” (Giddens, 2000) e em constante transformação das múltiplas identidades pessoais e sociais.

Embora esses autores tenham desenvolvido essas teorias acerca do amor e dos relacionamentos na contemporaneidade, no Brasil vivemos em uma sociedade em plena transformação entre o tradicional, o moderno e o pós-moderno, como nos atesta Bucher (2006). Diante deste fato, sentimos a necessidade de conhecer quais as expectativas de jovens universitários solteiros acerca da vida a dois.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi composta por 234 jovens na faixa etária compreendida entre 18 a 28 anos. A distribuição entre as faixas etárias deu-se da seguinte maneira: 38,6% (91 sujeitos) de 17 a 19 anos; 44,9% (106 sujeitos) de 20 a 22 anos; 16,5% (39 sujeitos) de 23 a 28 anos. A escolha da faixa etária dos sujeitos visa atingir a parcela da população que, de acordo com o IBGE, antecede à decisão de casar-se. Como todos estavam cursando o ensino superior e com vista ao aumento da diversidade dos sujeitos, buscou-se a mesclagem de curso das áreas de humanas, especificamente a psicologia, com 66,9% (158 sujeitos), com cursos da área de exatas, a exemplo das engenharias, arquitetura e computação, de onde são provenientes 32,2% dos sujeitos (76 sujeitos). O critério "grau de instrução" foi escolhido em virtude da viabilidade da pesquisa.

Como o aspecto econômico faz parte, juntamente com outros anteriormente expostos, dos condicionantes do casamento, a amostra foi separada também por esse critério. Assim obtiveram-se as seguintes distribuições nas faixas de renda: 5,5% na de 1200 a 2000 5,5%; 7,6% na de 2001 a 3500; 12,3% na de 3501 a 5000; 6,8% na de 5001 a 7000 e 9,3% na de 7001 a 36000. Outro elemento que interfere fortemente na percepção dos sujeitos acerca do casamento é a religião declarada pelo participante. Neste ponto, a maioria dos participantes se declarou católica, com 69,1%, contra 9,3% que se colocaram como ateus ou agnósticos e outros 11,9% que se posicionaram como seguindo outras religiões.

Todos os questionários foram aplicados dentro de campus universitários, em salas de aula ou nas dependências universitárias. Os sujeitos da amostra eram comunicados acerca da temática da pesquisa e assinavam um termo de consentimento livre e esclarecido.

4.2 LOCAL DE ESTUDO

Esta pesquisa foi realizada em uma universidade particular da cidade de Fortaleza, a Universidade de Fortaleza, na qual poderemos encontrar diversos cursos de graduação em diferentes áreas e onde teremos acesso aos jovens participantes da pesquisa.

4.3 COLETA DE DADOS.

Os dados foram coletados através de um questionário estruturado e autoaplicável. Segundo Richardson (2008), o questionário tem como funções descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida através do questionário possibilita observar as características de um indivíduo ou grupo e medir variáveis individuais ou grupais.

Os questionários não possuem restrições quanto à quantidade de perguntas nem à variedade de tópicos. Mas recomenda-se que para a aplicação do questionário não seja ultrapassada uma hora de duração e que inclua diferentes aspectos de um problema.

Os questionários podem ser classificados de acordo com o tipo de pergunta feita aos entrevistados e de acordo com o modo de aplicação. Em relação ao

tipo de pergunta feita aos entrevistados, o questionário pode ser de perguntas fechadas, de perguntas abertas ou combinam ambos os tipos de perguntas. Os questionários de perguntas fechadas são aqueles em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou respostas fixas e preestabelecidas. Os questionários de perguntas abertas são aqueles em que as perguntas ou afirmações levam os entrevistados a responderem, com frases ou orações. Em relação à aplicação dos questionários, ela pode ser realizada através do contato direto com a população no qual o próprio pesquisador ou pessoas treinadas por ele aplicam o questionário diretamente. Na outra forma de aplicação, os questionários e todas as instruções são enviados pelo correio a pessoas previamente escolhidas e em seguida aguardam-se duas ou três semanas para a devolução dos questionários e em seguida tenta-se recuperar os não devolvidos e convencer as pessoas que não preencheram a responder os questionários.

O questionário apresenta várias vantagens em relação a outros instrumentos de pesquisa. Ele permite obter informações de um grande número de pessoas simultaneamente ou em um tempo relativamente curto; possibilita abranger uma ampla área geográfica sem a necessidade de um treinamento demorado com os aplicadores; apresenta relativa uniformidade de uma medição a outra, na medida em que o vocabulário, a ordem das perguntas e as instruções são iguais para todos os entrevistados; no caso do questionário anônimo, as pessoas podem sentir-se com maior liberdade para expressar suas opiniões; a tabulação dos dados pode ser feita com maior rapidez e facilidade do que em outros instrumentos e, por ter tempo suficiente para responder, pode proporcionar respostas mais refletidas que as obtidas em uma primeira aproximação com o tema pesquisado.

O questionário contém os dados sóciodemográficos e 18 questões fechadas, com a finalidade de investigar as expectativas do casamento entre os sujeitos. Os dados sóciodemográficos visam conhecer o perfil dos entrevistados quanto ao estado civil, curso, sexo, orientação sexual, idade, se tem filhos, renda familiar, religião e pessoas com quem mora. As 18 questões abordam o assunto do casamento, a partir dos seguintes temas:

- Intenção de se casar (questão 1, 2)
- Forma de casamento (questões 1, 3 e 4)
- Projeto de casamento (questão 4)
- Duração do vínculo (questão 5)
- Sucesso ou fracasso no casamento (questão 6)
- Futuro (questão 5)
- Novas formas de casamento (questões 3, 4 e 7)
- Relações extraconjugais (questões 8, 9, 10)
- Sexualidade antes do casamento (questão 11, 16)
- Virgindade (questões 11, 12, 13, 14, 15)
- Constituição de família (questão 17)
- Modelo parental de casamento (questões 18)

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise descritiva dos dados, foram calculadas as medidas estatísticas média, mediana e desvio padrão para as variáveis idade, renda e número de filhos. Foi feita uma análise de associação entre as variáveis sobre “percepção social” e as variáveis sóciodemográficas, por meio dos testes χ^2 , Fisher ou outros

não-paramétricos mais apropriados. Para a correlação entre as variáveis ordinais da categoria “o que faz durar um casamento” com as variáveis quantitativas idade, renda e número de filhos será empregado o coeficiente de correlação de Sperman. As médias de dois grupos foram comparadas por meio do teste t de Student ou de Mann-Whitney; para testar três ou mais grupos, foi utilizado o teste F de Snedear ou de Friedman. Para todas as análises, será considerada como estatisticamente significativa aquela com $p < 0,05$. Os dados serão processados no SPSS, versão 14.0.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CASAMENTO

Pretensão de casar no civil e religioso	Frequência	Porcentagem
Com certeza	121	51,3
Possivelmente sim	67	28,4
Em dúvida	24	10,2
Possivelmente não	16	6,8
Não, com certeza.	6	2,5

Tabela 1. Distribuição do número de universitários segundo a pretensão de casar no civil e religioso.

A questão “você pensa em se casar no civil e/ou no religioso?”, 51,3% dos entrevistados, 121 alunos, responderam que com certeza se casariam. E 28,4% responderam que tal fato era uma possibilidade em suas vidas. Tais percentuais sugerem que a maioria dos jovens pensa no casamento como uma etapa obrigatória de suas vidas. Tal entendimento pode ser relacionado com características culturais como religião, pois a grande maioria dos sujeitos entrevistados possuíam uma vinculação religiosa. Outro fator que poderia explicar esse desejo de casamento por parte dos sujeitos diz respeito às questões socioeconômicas, pois na medida em que um casal estivesse trabalhando o sustendo das necessidades estaria mais facilmente sendo suprido. Para fortalecer tal entendimento, as respostas de cunho negativo à assertiva guardam um distanciamento entre o posicionamento dos entrevistados que, em apenas 9,3% dos casos, afirmaram que não pretendem ou acham que não irão se casar.

Pretensão de casar	sexo	
	Masculino	Feminino
Sim	71 75,5%	117 83,6%
Dúvida	11 11,7%	13 9,3%
Possivelmente não	12 12,8%	10 7,1%
Total	94 100,0%	140 100,0%

P= 0,264 ; $\chi^2= 2,664$

Tabela 2. Pretensão de casar de acordo com o sexo

Tal entendimento, qual seja, que o casamento deve fazer parte da vida do sujeito em alguma etapa de sua existência, é indiferente, quando tomamos como parâmetro o sexo dos sujeitos. Assim, tanto para homens, com 75,5%, quanto para mulheres, com 83,6%, o casamento deverá fazer parte de suas vidas em algum momento. Os dados então servem de base para a contestação da crença, lastreada pela tradição, de que as mulheres, prioritariamente, aspiram ao casamento religioso e civil, na medida em que tanto os homens quanto as mulheres querem casar e querem fazê-lo nas suas formatações religiosa e civil. No que tange ao outro extremo das respostas, ou seja, dentre aqueles que não querem casar no civil e no religioso, também encontramos valores que diferem de modo insignificante. Em homens 12,8%, enquanto que as mulheres foram 7,1%.

Tipos de casamento	Frequência	Porcentagem
Religioso	9	3,8
Viver junto sem casamento	26	11,0
Civil	28	11,9
Civil + religioso	171	72,5

Tabela 3. Tipos de casamento

171 entrevistados, que correspondem a 72,5%, responderam que pretendem o casamento civil+religioso, demonstrando ainda a preferência pelo casamento tradicional. Em seguida, 11,9%, 11,0% preferem viver junto sem casamento e 3,8% têm a intenção de casar apenas no religioso. Em relação a morar com alguém, 58,5% responderam que pensavam em morar com alguém; 27,1% que possivelmente sim e 5,9% em dúvida, 5,1% que possivelmente não e 2,5% não pensam em morar com alguém.

Tipos de casamento	sexo	
	Masculino	Feminino
Religioso	7 7,4%	2 1,4%
Viver junto sem casamento	11 11,6%	15 10,8%
Civil	15 15,8%	13 9,4%
Civil + religioso	62 65,3%	109 78,4%
Total	95 100,0%	139 100,0%

$P= 0,037$; $\chi^2 = 8,480$

Tabela 4. Tipos de casamento de acordo com o sexo

Outro elemento que se relaciona com os números é que, apesar da quantidade crescente de divórcios observados na nossa contemporaneidade, a maioria dos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, pretendem casar no civil e/ou religioso, demonstrando que ainda predomina a preferência pelo casamento do modelo tradicional. Tal posicionamento contraria a crença de que os jovens estariam ansiosos apenas por novas formas de casamento. Desse modo, parece que os dois entendimentos coexistem, ou mesmo estamos em um período de transição, em que estão presentes variadas percepções de mundo, nas quais, para algumas, há a prevalência de aspectos mais tradicionais, e, para outras, elementos característicos da "pós-modernidade", ou "alta-modernidade". Vaitsman (1994) afirma que na sociedade contemporânea a concepção

moderna do casamento e dos relacionamentos passou a coexistir com a concepção pós-moderna. Na pós-modernidade, uma pluralidade de padrões de relacionamentos afetivo-sexuais passam a coexistir, não existindo mais um modelo único de casamento e de relacionamentos.

Caso pretenda se casar, quando o fará?	Frequência	Porcentagem
1 a 2 anos	13	5,5
4 anos	32	13,6
8 anos	57	24,2
Não pretendo	9	3,8
Não sei ainda	122	51,7

Tabela 5. Pretensão de casar em um determinado tempo

Mesmo pensando em casamento, 51,7% dos jovens que compuseram a amostra afirmaram que ainda não sabem quando tal fato ocorrerá. Para 24,2%, o casamento ocorrerá em oito anos, enquanto que para 13,6% ele irá acontecer em quatro anos. Diante disso, pode-se supor que o enlace matrimonial está fortemente atrelado, ou mais especificamente, dependente de outras questões que fazem parte da vida desses jovens. Um ponto que pode ser levantado é a estabilidade financeira proveniente, dentre outras formas, da consecução de um emprego. Dentro de uma lógica de mercado, na qual ocorre uma acentuada precarização das relações de trabalho e a perda constante de direitos do indivíduo inserido no mercado de produtivo, a garantia de uma satisfação material duradoura é um elemento cada vez mais difícil, quer seja pela falta de vagas, quer seja pelo tempo necessário para a formação de um profissional. Portanto, o casamento estaria condicionado, possivelmente, às maneiras de sustento material. No caso dos jovens investigados, o tempo médio de seis anos corresponde ao término do curso de graduação e à inserção no mercado de trabalho.

		sexo	
		Masculino	Feminino
Tempo estimado para casar	1 a 4 anos	9 10,1%	36 26,7%
	8 anos	23 25,8%	34 25,2%
	Não sei ainda	57 64,0%	65 48,1%
Total		89 100,0%	135 100,0%

P= 0,007; $\chi^2 = 9,815$

Tabela 6. Tempo estimado para casar e sexo

Quando relacionado ao sexo, essa perspectiva indefinida, ou seja, não saber quando vai se casar, ainda pode ser observada, na medida em que tanto homens, quanto mulheres, com respectivamente 64,0% e 48,1%, responderam desse modo. Para aqueles que apresentam uma perspectiva de tempo definida para o casamento, as mulheres apresentaram-se mais ansiosas para o casamento, pois 51,9% delas já possuem um período definido de espera. Quanto aos homens, a maioria ainda não possui tal definição.

	Frequência	Porcentagem
sim	162	68,6
Não	26	11,0
Em dúvida	47	19,9

Tabela 7. Duração do casamento

Na pergunta “você se imagina vivendo com a mesma pessoa por toda a vida?” 68,6% dos entrevistados afirmaram que sim, ou seja, que pensam em permanecer no casamento definitivamente. Tal perspectiva assemelha-se àquela apresentada em períodos tradicionais, nos quais a referida formatação de relacionamento era percebida como um caminho inevitável e definitivo na vida dos sujeitos. Ora, esse entendimento

de cunho mais tradicionalista sugere um caminho oposto àquele apontado pelas estatísticas, anteriormente apresentadas, bem como com o posicionamento teórico de pensadores contemporâneos acerca do casamento. Dessa forma, poderíamos pensar que, diante de todas as incertezas “pós-modernas”, o casamento estaria ocupando um local estratégico na vida dos sujeitos, na medida em que pode estar promovendo uma sensação de segurança ao sujeitos na contemporaneidade.

Dito de outro modo, o homem “pós-moderno”, ante uma realidade de incertezas, com a fluidez e a fragilidade de seus aspectos psicológicos, pode encontrar, na vinculação com outra pessoa, espaço para falar sobre suas questões pessoais, a sensação de pertencimento a um determinado grupo, a sensação de segurança dentre outros. Sobre isso Bauman (2004) afirma que os vínculos afetivos na contemporaneidade se tornam cada vez mais frágeis e descartáveis resultando em relacionamentos que podem terminar rapidamente.

Para Giddens (1993), com as transformações nos relacionamentos e o surgimento do “relacionamento puro” e do “amor confluyente”, os relacionamentos apenas se mantêm se ambas as partes conseguem obter satisfação necessária e podem ser terminados a qualquer momento. Para ele os relacionamentos estariam ficando cada vez mais tênues na medida em que a reflexividade estaria sendo prevalecente na organização das ações das pessoas na contemporaneidade.

Esses dados teóricos parecem discordar em parte com aqueles encontrados na pesquisa, na medida em que a maioria dos jovens entrevistados, tanto homens quanto mulheres, pensam que o casamento é para sempre, demonstrando ainda estar em muito presentes os ideais de amor romântico como propostos por Giddens (1993). Para ele o amor romântico é aquele marcado pela idealização do outro, pelo caráter obsoleto do sexo e pela organização através de um relacionamento como o casamento. Deveria ser

um amor por uma única pessoa e até que a morte os separe. Mas, apesar de termos encontrado a presença de alguns ideais de amor romântico pela maioria dos entrevistados que falaram da vontade do casamento durar para sempre. Mas os números da estatística do IBGE apontam para um lado oposto àquele que é observado, quando se analisam as atitudes dos sujeitos, quais sejam, divórcios em altos números, troca constante de parceiros amorosos, casamentos que terminam rapidamente, dentre outros, demonstrando que possivelmente o relacionamento puro e o amor confluyente também estariam em evidência, mesmo ainda com a presença de algumas características do amor romântico.

Ainda de acordo com Giddens (1993), o relacionamento puro é aquele em que os sujeitos entram apenas pela própria relação que apenas se mantém se ambas as partes obtêm a satisfação para continuar juntas e o amor confluyente pressupõe igualdade na doação e recebimento emocional entre os parceiros e quanto mais isso for alcançado mais próximos os parceiros estão do relacionamento puro. O amor confluyente ao contrário do amor romântico abre espaço para o amor homossexual, para o prazer sexual recíproco entre os cônjuges e deixa de ser para sempre e único, podendo ser terminado em qualquer momento. Talvez esse seja o desejo desses jovens de que o relacionamento dê certo e perdure independente do que vemos na realidade, o que parece, porém, que está acontecendo é que eles não agem de forma a manter o relacionamento quando diante de problemas. Ora, novamente estaríamos diante de uma contradição na medida em que teríamos elementos do período tradicional e contemporâneo lado a lado, mas essa convivência pode ser encarada como uma marca de nosso tempo.

		sexo	
		Masculino	Feminino
Casamento por toda vida	Sim	60 63,2%	102 72,9%
	Não	6 6,3%	20 14,3%
	Em dúvida	29 30,5%	18 12,9%
Total		95 100,0%	140 100,0%

$P = 0,002$; $\chi^2 = 12,856$

Tabela 8. Duração do casamento de acordo com o sexo

Relacionando a percepção da duração do casamento com o sexo dos entrevistados, pode-se perceber que tanto homens quanto mulheres, com certa prevalência, concordam no caráter definitivo do casamento. Assim é que para 63,2% dos homens e 72,9% mulheres querem passar o resto da vida com a pessoa com quem se casarão. No lado oposto, apenas 6,3% dos homens pensam que não permanecerão definitivamente com as pessoas com quem casarão. Para as mulheres, o percentual de 14,3% mostra, ainda de maneira mais incontestável, que não há uma vinculação sexual para o entendimento em questão.

Novamente observa-se, então, a presença de posicionamentos que se relacionam tanto com períodos tradicionais, a saber, o entendimento de que o casamento deve ser para sempre, como uma perspectiva mais contemporânea: o número de mulheres que veem o casamento como algo temporário é superior ao de homens. Essa coexistência, longe de demonstrar uma confusão no que tange à avaliação do casamento, indica a variedade de elementos que são utilizados pelo sujeito para a construção de uma determinada concepção. Nesse ponto, os dados concordam com o que Giddens (2001, 2003) diz sobre a multiplicidade de elementos que são utilizados pelo homem

contemporâneo para a estruturação de sua subjetividade. A reflexividade seria então o elemento primordial da estruturação das subjetividades contemporâneas.

Estado civil dos pais	Frequência	Porcetagem
Casados	152	64,4
Separados	58	24,6
Viúvo(a)	13	5,5
Nunca se casaram	7	3,0
Outros	2	,8

Tabela 9. Estado civil dos pais

		Situação dos pais		
		casados	separados	outros
Casamento por toda vida	Sim	112 73,7%	35 60,3%	13 59,1%
	Não	15 9,9%	7 12,1%	4 18,2%
	Em dúvida	25 16,4%	16 27,6%	5 22,7%
Total		152 100,0%	58 100,0%	22 100,0%

$P= 0,249$; $\chi^2 = 5,393$

Tabela 10. Estado civil dos pais e duração do casamento dos filhos

Em relação ao estado civil dos pais dos jovens, 64,4% dos pais são casados, 24,6% separados, 5,5% viúvos, 3% nunca se casaram e 0,8% outros tipos de situação. Os dados mostram que possivelmente os sujeitos com pais separados posicionam-se um pouco mais inclinados a pensar que seu casamento pode acabar.

Pretensão de casar	Faixa etária		
	17 - 19	20 - 22	23 - 28
Sim	79 87,8%	83 79,0%	26 66,7%
Não	5 5,6%	11 10,5%	8 20,5%
Possivelmente não	6 6,7%	11 10,5%	5 12,8%
Total	90 100,0%	105 100,0%	39 100,0%

$P = 0,066$; $\chi^2 = 8,823$

Tabela 11. Pretensão de casar de acordo com a faixa etária.

Tempo estimado para casar	Faixa etária		
	17 - 19	20 - 22	23 - 28
1 a 4 anos	8 9,2%	25 25,3%	12 31,6%
8 anos	30 34,5%	21 21,2%	6 15,8%
Não sei ainda	49 56,3%	53 53,5%	20 52,6%
Total	87 100,0%	99 100,0%	38 100,0%

$P = 0,038$; $\chi^2 = 6,526$

Tabela 12. Quando pretende casar e faixa etária

Quando relacionamos casamento e faixa etária, verificamos que quanto mais jovens, mais certeza eles têm de que pretendem casar e, à medida que a idade aumenta, essa certeza diminui, demonstrando que quanto mais velho, menos significativo é casar no civil e no religioso. A maioria quer casar, mas o percentual vai diminuindo com a idade. Independente do sexo, a maior parte ainda não sabe quando vai casar ou pretende casar daqui há 8 anos, mas quanto maior a idade, menor é o tempo que pretende casar.

5.2 .SEXUALIDADE

virgindade	Frequência	Porcentagem
sim	51	21,6
não	178	75,4

Tabela 13. Virgindade

		Religião			
		Católica	Agnó/Ateu	Evang/Protes	Outra
virgindade	Sim	37 23,0%	1 4,8%	10 52,6%	0 ,0%
	Não	124 77,0%	20 95,2%	9 47,4%	9 100,0%
Total		161 100,0%	21 100,0%	19 100,0%	9 100,0%

P= 0,000

Tabela 14. Virgindade de acordo com a religião

Em relação à virgindade, 75,4% dos entrevistados, o que corresponde a 178 pessoas, afirmaram não ser mais virgem, enquanto que 51 pessoas, o equivalente a 21,6% dos respondentes, afirmaram ser virgem. Quando se relaciona com a religião, percebe-se que a moral religiosa interfere decisivamente nessa questão, na medida em que os protestantes colocaram como virgens, diferentemente dos católicos e ateus.

Pretensão de casar virgem	Frequência	Porcentagem
sim	26	11,0
não	201	85,2

Tabela 15. Pretensão de casar virgem

Pretensão de casar virgem	sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	4 4,3%	22 16,4%	26 11,5%
Não	89 95,7%	112 83,6%	201 88,5%
Total	93 100,0%	134 100,0%	22 100,0%

P= 0,005; $\chi^2 = 7,947$

Tabela 16. Pretensão de casar virgem de acordo com o sexo

Pretensão de casar virgem		Religião			
		Católica	Agnó/Ateu	Evang/Protes	Outra
Casar virgem	Sim	15 9,5%	0 0,0%	9 47,4%	0 0,0%
	Não	143 90,5%	20 100,0%	10 52,6%	9 100,0%
Total		158 100,0%	20 100,0%	19 100,0%	9 100,0%

P= 0 ,000

Tabela 17. Pretensão de casar virgem e religião.

Em concordância com os números anteriores, 201 pessoas, o que equivale a 85,2%, afirmaram que não pretendem casar virgem, enquanto a minoria dos entrevistados, 11%, 26 pessoas, afirmaram a pretensão de casar virgem. Quanto ao sexo, os dados não forneceram elementos para uma diferenciação segura. Novamente a religião que o sujeito adota interfere nessa decisão em conformidade com o item anterior.

Preferência por parceiro virgem	Frequência	Porcentagem
Sim	26	11,0
Não	98	41,5
Tanto faz	108	45,8

Tabela 18. Preferência por parceiro virgem

Preferência por parceiro virgem	sexo	
	Masculino	Feminino
Sim	14 14,9%	12 8,7%
Não	16 17,0%	82 59,4%
Tanto faz	64 68,1%	44 31,9%
Total	94 100,0%	138 100,0%

P= 0,000; $\chi^2 = 41,453$

Tabela 19. Preferência por parceiro virgem de acordo com o sexo

Preferência por parceiro virgem	Religião			
	Católica	Agnó/Ateu	Evang/Protes	Outra
Sim	14 8,6%	1 4,8%	9 47,4%	1 11,1%
Não	65 40,1%	8 38,1%	6 31,6%	6 66,7%
Tanto faz	83 51,2%	12 57,1%	4 21,1%	2 22,2%
Total	162 100,0%	21 100,0%	19 100,0%	9 100,0%

P= 0,001

Tabela 20. Preferência por parceiro virgem de acordo com a religião

No que se refere à preferência de casar com parceiro virgem, 11% posicionaram-se concordante com isso, dentre os quais foram encontradas baixas frequências nos homens, com 14,9%, e nas mulheres, com apenas 8,7%. Isso posto, os números indicam que a virgindade não é uma das questões principais que condicionam o casamento, não sendo, por conseguinte, mais tão valorizada como em momentos históricos tradicionais. Pode ser essa a razão de a maioria dos entrevistados não ser mais virgem e demonstrar padrões de comportamento sexual mais liberais.

Tal entendimento ganha mais força quando se observam os números relacionados àqueles sujeitos que preferem parceiros que não são mais virgens ou são

indiferentes a essa questão. Entre os homens, 17% preferem pessoas que já tenham tido experiências sexuais anteriores ao casamento e 68,1% são indiferentes à virgindade da pessoa com quem irão se casar. Por outro lado, as mulheres, 59,4%, preferem pessoas que já tenham tido experiências sexuais antes do casamento, ou são indiferentes à virgindade do parceiro, 31,9%. Dessa feita, poder-se-ia afirmar, a partir dos dados coletados, que, para a amostra investigada, e com maior força nas mulheres questionadas, o seu parceiro, sendo virgem, poderia ser elemento de uma avaliação negativa. Dito de outro modo, na amostra investigada, e prioritariamente para as mulheres, há a preferência por parceiro(a)s que já tenham tido experiências sexuais anteriores, possivelmente como forma de aumentar as chances de seus encontros sexuais serem prazerosos. Quanto à religião, novamente os protestantes constituem-se em uma parcela que prefere a virgindade como característica de seus parceiros.

De acordo com Giddens (1991), a “alta modernidade” seria marcada pela presença da reflexividade frente à tradição. A tradição com suas normas e costumes determinados pela história perde força frente ao pensamento reflexivo. Assim o sujeito deixa de agir unicamente. Com o predomínio da reflexividade, são questionadas várias normas relacionadas à tradição, como as relacionadas à sexualidade. Com o movimento feminista, houve o enfraquecimento de normas relativas a sexo, virgindade etc. Assim, se, de acordo com a tradição, antes a mulher deveria permanecer virgem até o casamento, agora, com o predomínio da reflexividade, isso é decidido por cada pessoa individualmente, tanto que observamos que parcela significativa dos entrevistados não são mais virgens.

Parece, porém, que ainda existem resquícios de uma cultura que prega que o homem deve gozar de maiores liberdades do que a mulher, principalmente em relação à sexualidade. Uma cultura em que a mulher deve resguardar-se para seu futuro marido,

enquanto este deve gozar das benesses da vida. Isso está relacionado com o número de 14 sujeitos ou 14,9% dos homens que falam ainda preferir parceiras virgens para o casamento, indicando que, mesmo em uma organização social em que a liberdade sexual, aparentemente, faria parte do cotidiano desses indivíduos, ainda há posicionamentos extremamente tradicionais, o que pode ser colocado em estreita relação com a cultura na qual tais sujeitos estão inseridos. Tal perspectiva, por mais supostamente distanciada que esteja do cotidiano, surge com força e mostra que ainda faz parte do conjunto de noções que são passadas entre as gerações. Os números observados no público feminino foram de 8,7% de mulheres que preferem que seu parceiro(a) seja virgem. Assim, tal perspectiva mais tradicionalista pode ser observada nos dois sexos.

Preferência pela filha casar virgem	Frequência	Percentual
Sim	52	22,0
Não	74	31,4
Tanto faz	106	44,9

Tabela 21. Preferência pela filha casar virgem

Preferência pelo filho casar virgem	Frequência	Percentual
Sim	27	11,4
Não	100	42,4
Tanto faz	103	43,6

Tabela 22. Preferência pelo filho casar virgem

Filha virgem	Católica	Agnó/Ateu	Evang/Protes	Outra
Sim	33 20,4%	2 9,5%	13 68,4%	2 22,2%
Não	48 29,6%	10 47,6%	3 15,8%	4 44,4%
Tanto faz	81 50,0%	9 42,9%	3 15,8%	3 33,3%
Total	162 100,0%	21 100,0%	19 100,0%	9 100,0%

P= 0,001

Tabela 23. Preferência pela filha casar virgem de acordo com a religião

Filho virgem	Religião			
	Católica	Agnó/Ateu	Evang/Protes	Outra
Sim	12 7,5%	1 4,8%	13 68,4%	1 11,1%
Não	72 45,0%	11 52,4%	3 15,8%	4 44,4%
Tanto faz	76 47,5%	9 42,9%	3 15,8%	4 44,4%
Total	160 100,0%	21 100,0%	19 100,0%	9 100,0%

P= 0,001

Tabela 24. Preferência pelo filho casar virgem de acordo com a religião

Quando perguntados se gostariam que a filha casasse virgem, os sujeitos posicionaram-se de modo conforme a hipótese de a virgindade não mais ser um elemento importante. Para 76,3% dos sujeitos questionados, as filhas não precisariam casar virgem ou isso seria indiferente, enquanto para os filhos o percentual seria de 85,7%. Essa suposta pouca importância tem novo entendimento quando a religião do sujeito é levada em consideração, pois tanto o filho quanto a filha deveriam casar virgens para os protestantes.

Preferência pela filha casar virgem	sexo	
	Masculino	Feminino
Sim	30 31,9%	22 15,9%
Não	16 17,0%	58 42,0%
Tanto faz	48 51,1%	58 42,0%
Total	94 100,0%	138 100,0%
P= 0,000; $\chi^2 = 18,326$		

Tabela 25. Preferência da filha casar virgem de acordo com o sexo dos respondentes

Preferência pelo filho casar virgem	sexo	
	Masculino	Feminino
Sim	10 10,6%	17 12,5%
Não	40 42,6%	60 44,1%
Tanto faz	44 46,8%	59 43,4%
Total	94 100,0%	136 100,0%
P= 0,843; $\chi^2 = 0,321$		

Tabela 26. Preferência da filho casar virgem de acordo com o sexo dos respondentes

Tal questão, quando analisada juntamente com o sexo do participante, ganha novos contornos. Isso porque para 31,9% dos indivíduos do sexo masculino sua filha deveria casar-se ainda virgem. Quando o ponto é a virgindade de seu filho, o referido percentual cai para apenas 10,6%. Ou seja, como na questão da virgindade da parceira, parece ainda existir uma visão mais tradicionalista quanto às experiências sexuais femininas. Sendo mais claro, os dados sugerem que é prevalente o entendimento de que a mulher, dentro da amostra estudada, deve manter o máximo possível um baixo número de experiências sexuais, enquanto que o homem deve tê-las o máximo possível.

Para as mulheres, a virgindade dos filhos, quer sejam do sexo masculino, quer sejam do sexo feminino, é vista também de forma diferente. Para 15,9% das mulheres questionadas, a filha deveria casar virgem e, para 12,5%, o filho deveria casar virgem. Com evidente diferença, continua a existência da indicação de um comportamento sexualmente mais recatado para as mulheres. Evidentemente os percentuais encontrados nas mulheres com relação à virgindade da filha apontam, de forma incontestável, que, para elas, existe uma maior maleabilidade quanto ao número de experiências.

Segundo Jablonski (1991), a virgindade feminina até o casamento era bastante comum e regra entre as mulheres. Se analisarmos esse fenômeno da virgindade feminina historicamente, percebemos que, antes do surgimento da pílula e dos principais métodos contraceptivos, a mulher teria sua sexualidade mais reprimida, pois as mulheres poderiam engravidar e, por motivos econômicos, como a transmissão do patrimônio, elas teriam que permanecer virgens para assegurar que o filho seria do marido. Com o advento dos métodos contraceptivos, principalmente a pílula, com a emancipação feminina e a “desrepressão” sexual, as mulheres passaram a ter cada vez mais controle sobre sua sexualidade, que deixou de ser relacionada apenas à procriação para ser relacionada ao prazer. A liberação sexual e a emancipação femininas têm levado a uma demanda de maior igualdade entre homens e mulheres quanto à livre expressão sexual e a diminuição gradativa da dupla moral. Assim, apesar de existirem resquícios dessa dupla moral com o maior número de virgens do sexo feminino a maioria dos entrevistados não são mais virgens e responderam que tanto faz ter um parceiro virgem ou não, e os homens consideraram que tanto faz a filha casar virgem ou não e as mulheres consideraram que tanto faz ou que não deveria casar virgem, demonstrando assim uma maior liberação sexual para a mulher.

Relações sexuais com seu namorado (a)	Frequência	Porcentagem
Nenhuma vez	79	33,5
Poucas vezes	17	7,2
Uma ou duas vezes por mês	26	11,0
Uma ou duas vezes por semana	77	32,6
Quase todo dia	20	8,5
Diariamente	2	,8

Tabela 27. Frequência de relações sexuais com o namorado nos últimos 6 meses.

Referente à frequência com que mantêm relações sexuais com o namorado, 33,5% responderam que nenhuma vez; 7,2% poucas vezes; 11% uma ou duas vezes por mês; 32,6% uma ou duas vezes por semana; 8,5% quase todo dia e 0,8% diariamente. Isso ratifica as afirmações anteriores quanto à avaliação da virgindade dos jovens investigados.

Relação extraconjugal para o homem	Frequência	Porcentagem
sim	42	17,8
não	191	80,9

Tabela 28. Possibilidade de relações extraconjugais para o homem

Relação extraconjugal para a mulher	Frequência	Porcentagem
sim	25	10,6
não	207	87,7

Tabela 29. Possibilidade de relações extraconjugais para a mulher.

Em relação à infidelidade, 191 respondentes afirmaram não admitir relações extraconjugais para o homem, representando 80,9% dos entrevistados enquanto 42 estudantes responderam que admitiam, o que equivale a 17,8% dos entrevistados.

No que se refere à infidelidade feminina, 207 entrevistados afirmaram não admitir relações extraconjugais para a mulher, o que representa 87,7% dos respondentes, enquanto 10,6%, o que equivale a 25 entrevistados, responderam que admitem relações extraconjugais para a mulher. Tal posicionamento demonstra que ainda predominam alguns ideais mais conservadores com uma dupla moral, na qual a mulher não pode fazer algumas coisas, enquanto que o homem pode, estes gozando maior liberdade.

Relações extraconjugais para o homem	sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	31 32,6%	11 8,0%	42 18,0%
Não	64 67,4%	127 92,0%	191 82,0%
Total	95 100,0%	138 100,0%	233 100,0%

P= 0,000; $\chi^2 = 23,157$

Tabela 29. Possibilidade de relações extraconjugais para o homem de acordo com o sexo

Relações extraconjugais para a mulher	sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	10 10,5%	15 10,9%	25 10,8%
Não	85 89,5%	122 89,1%	207 89,2%
Total	95 100,0%	137 100,0%	232 100,0%

P= 0,919; $\chi^2 = 0,010$

Tabela 30. Possibilidade de relações extraconjugais para a mulher de acordo com o sexo

Quando analisamos as respostas sobre relações extraconjugais por sexo, observamos que, tanto para homens, quanto para mulheres, as relações extraconjugais das mulheres não são aceitas. Assim, mulheres e homens concordam na visão tradicionalista e sexualmente diferenciada das possibilidades de experiências sexuais. Quando se trata de relações extraconjugais do homem, ambos os sexos também concordam, sendo mais permissivo nessa questão. O que se pode constatar, então, é a presença da dupla moralidade para as relações extraconjugais, de uma maneira específica, e de forma mais ampla, como já dito, para as possibilidades de experiências sexuais das mulheres. De acordo com Jablonski (1991), a emancipação feminina e a

liberação sexual fizeram com que as relações extraconjugais deixassem de ser exclusivamente do domínio masculino, passando a existir mais mulheres infiéis.

Relações sexuais com outras pessoas	Frequência	Porcentagem
Nenhuma	183	77,5
Uma	12	5,1
Duas	12	5,1
Três	10	4,2
Quatro	2	,8
Cinco ou mais	12	5,1

Tabela 31. Número de relações sexuais com outra pessoa durante o namoro

Relações sexuais com outras pessoas	sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Nenhuma	58 61,7%	125 91,2%	183 79,2%
Uma	6 6,4%	6 4,4%	12 5,2%
Duas	8 8,5%	4 2,9%	12 5,2%
Três	9 9,6%	1 ,7%	10 4,3%
Quatro	2 2,1%	0 ,0%	2 ,9%
Cinco ou mais	11 11,7%	1 ,7%	12 5,2%
Total	94 100,0%	137 100,0%	231 100,0%

P= 0,000; $\chi^2 = 38,303$

Tabela 32. Relações sexuais com outras pessoas durante o namoro de acordo com o sexo

Relações sexuais com outras pessoas	‘1			Total
	17 - 19	20 - 22	23 - 28	
Nenhuma	78 86,7%	75 72,8%	30 78,9%	183 79,2%
Uma	6 6,7%	3 2,9%	3 7,9%	12 5,2%
Duas	3 3,3%	9 8,7%	0 ,0%	12 5,2%
Três	0 ,0%	9 8,7%	1 2,6%	10 4,3%
Quatro	1 1,1%	1 1,0%	0 ,0%	2 ,9%
Cinco ou mais	2 2,2%	6 5,8%	4 10,5%	12 5,2%
Total	90 100,0%	103 100,0%	38 100,0%	231 100,0%

P= 0,004

Tabela 33. Sexo com outras pessoas de acordo com a idade

Quando questionados sobre quantas vezes tiveram relações sexuais com outras pessoas durante o namoro, a maioria dos entrevistados, 77,5%, afirmaram que nenhuma; 5,1% uma vez; 5,1% duas vezes; 4,2% três vezes; 0,8% quatro vezes e 5,1% tiveram cinco ou mais relações sexuais com outras pessoas durante o namoro. Quando questionados sobre com quantas pessoas teve relações sexuais durante seu namoro, a maioria respondeu que nenhuma, correspondendo com a afirmação de não admitir a traição para homens ou mulheres. Mas quando observamos a diferença por sexo, há um maior número de traições por parte do homem, possivelmente devido aos costumes sociais relacionados ao sexo os quais dita padrões diferentes para homens e mulheres sobre a sexualidade. Com relação à faixa etária, os dados mostram que entre os 20 e 22 anos ocorrem os episódios mais frequentes de relacionamentos extraconjugais, o que pode estar relacionado com a iniciação sexual tardia de alguns sujeitos da amostra.

5.3 FATORES QUE FAZEM DURAR O CASAMENTO.

Variáveis	Número	%	Média
Persistência			2,76
0-1	48	20,3	
2-3	101	42,8	
4-5	68	28,9	
Sexo			4,01
0-1	6	2,6	
2-3	56	23,7	
4-5	167	70,8	
Sorte			2,01
0-1	88	37,3	
2-3	96	40,6	
4-5	41	17,4	
Amor			4,71
0-1	4	1,7	
2-3	11	4,8	
4-5	216	93,5	
Confiança			4,73
0-1	3	1,2	
2-3	12	5,1	
4-5	217	92	
Respeito			4,82
0-1	2	0,8	
2-3	8	3,3	
4-5	222	94,1	
Companheirismo			4,75
0-1	0	0	
2-3	10	4,2	
4-5	220	93,3	
Personalidade			3,25
0-1	16	6,7	
2-3	115	48,8	
4-5	91	38,5	
Comunhão de ideias			3,37
0-1			
2-3	16	6,8	
4-5	98	41,5	
	108	45,8	
Compromisso			4,23
0-1	7	2,9	
2-3	40	17	
4-5	179	75,8	
Filhos			2,41
0-1	67	28,4	
2-3	103	43,7	
4-5	56	23,7	

SituaçãoEconômica			3,27
0-1	26	11	
2-3	92	39	
4-5	109	46,1	

Tabela 34. Fatores que fazem durar o casamento

Quando questionados sobre o que faz durar um casamento, em primeiro lugar foi o respeito, seguido da confiança, amor, comprometimento, sexo, comunhão de ideias, situação econômica, traços de personalidade, persistência e sorte.

Trabalhar fora de casa?	Frequência	Porcentagem
10	1	,4
20	5	2,1
30	11	4,7
40	13	5,5
45	2	,8
49	3	1,3
50	59	25,0
55	1	,4
60	25	10,6
65	3	1,3
70	35	14,8
75	7	3,0
80	33	14,0
85	5	2,1
90	21	87,9
95	3	1,3
100	7	3,0

Tabela 35. Importância de trabalhar fora de casa

Cuidar da casa e dos filhos?	Frequência	Porcentagem
0	7	3,0
5	3	1,3
10	21	8,9
15	5	2,1
20	33	14,0
25	7	3,0
30	35	14,8
35	3	1,3
40	25	10,6
45	1	0,4
50	59	25,0
51	3	1,3
55	2	,8
60	13	5,5
70	11	4,7
80	5	2,1
90	1	,4

Tabela 36. Importância de cuidar da casa e dos filhos

Novamente a concepção proveniente do senso comum de que os homens estão preocupados, fortemente, com suas carreiras profissionais, enquanto que as mulheres estão mais interessadas em construir uma família foi abalado, pois, independente do sexo, eles estão investindo inicialmente em outras áreas de suas vidas. Tal fato caracteriza o nosso tempo, na medida em que as mulheres buscam, ao lado dos homens, um reconhecimento profissional antes de pensarem em constituir família.

Segundo Vaitsman (1994), em períodos anteriores, existia fortemente a dicotomia entre público e privado de acordo com o sexo, com a mulher pertencendo ao mundo privado, doméstico, cabendo a ela cuidar da casa, dos filhos e do marido, enquanto que o homem pertencia ao mundo público trabalhando para sustentar a família. Com o passar do tempo, com o intuito de ajudar o marido com as despesas da casa, as mulheres foram inserindo-se cada vez mais no mercado de trabalho e com a emancipação feminina elas foram conquistando cada vez mais seu espaço fora do lar.

De acordo com Jabloski (1991), por muitos anos, vigorou a divisão de papéis, ficando a mulher com os cuidados básicos do lar e das crianças, enquanto o homem trabalhava fora de casa. Por volta da década de 50, com a necessidade de suplementar o salário do marido, as mulheres aos poucos foram ingressando no mercado de trabalho. Isso foi possível graças ao ambiente propício que predominava na época como a mulher sentindo-se inútil com a percepção da progressiva desvalorização dos serviços domésticos, com menos filhos para criar e cuidar, com maiores expectativas de vida e um clima de crescente liberdade acabou na eclosão nos anos 60 com o movimento feminista que possibilitou à mulher conquistar direitos que antes não possuíam.

Ter filhos	Frequência	Porcentagem
Sim	214	90,7
Não	16	6,8

Tabela 37. Pretensão de ter filhos

Quando questionado sobre a pretensão de ter filhos, 90,7% tem a intenção de ter filhos, enquanto que 6,8% não pretendem ter filhos. A maioria dos entrevistados pretende ter filhos, mostrando a intenção de formar uma família, demonstrando que a crise do casamento e a intenção de formar família não afeta tanto os jovens a ponto de fazê-los desistir de construir uma família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, neste estudo, investigar as expectativas de jovens solteiros, homens e mulheres, sobre o casamento e a vida a dois nos dias atuais, procurando compreender as possíveis mudanças que estariam ocorrendo nessa forma de relacionamento.

O casamento, inicialmente, era arranjado pelos pais e realizado por interesses econômicos. O amor não era importante para a escolha do parceiro e a sexualidade tinha como função apenas a reprodução. Com as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo, o casamento perde essa função e passa a ser mais livre. O parceiro passa a ser escolhido, o amor e a sexualidade ganham importância dentro do casamento. Em épocas mais tradicionais, o casamento seguia os costumes vigentes, existia uma hierarquia em que o homem tinha mais poderes e havia uma separação do mundo público que pertencia aos homens e do mundo privado, do lar que pertencia às mulheres. Além disso, a noiva deveria casar virgem e o casamento deveria durar para sempre.

Com as mudanças sociais, culturais e econômicas, como a diminuição da religiosidade, a modernização, a urbanização, o encurtamento das famílias, a menor integração social na comunidade, a excessiva valorização do amor, a revolução sexual, o controle da natalidade, a emancipação feminina e o conflito de papéis entre homens e mulheres, o aumento da longevidade e o isolamento atual. Tudo isso levou o casamento contemporâneo a um estado de “crise”.

As mudanças ocorridas na pós-modernidade acarretaram em mudanças na identidade dos sujeitos como também nos relacionamentos afetivos que se tornaram mais flexíveis, incertos e plurais.

Através dos resultados, observamos que, apesar da chamada “crise do casamento” apontada por alguns estudiosos e do crescente número de divórcios, os jovens ainda pretendem casar e têm preferência pelo modelo tradicional de casamento, que é o civil com o religioso. Embora

os laços afetivos estejam cada vez mais frágeis, fluidos e descartáveis, um relacionamento “até que a morte nos separe” se torna cada vez mais difícil, mas talvez as pessoas ainda procurem relacionamentos mais sólidos para se sentirem mais seguras em um mundo líquido e cheio de incertezas.

Além disso, observamos que em relação à sexualidade, com a emancipação feminina, as mulheres passaram a ter mais liberdade, tanto que observamos que a maioria das mulheres entrevistadas não eram mais virgens e algumas delas admitem relações extraconjugais, apesar de ser a minoria. Os homens parecem aceitar essas mudanças tanto que, quando questionados sobre a preferência por parceiro virgem a maioria deles respondeu que tanto faz. Mas, apesar disso, ainda predomina uma dupla moral em que o homem tem mais liberdade que as mulheres, o que pode ser observado, principalmente, nas questões sobre virgindade, traição.

Observamos também um padrão mais igualitário no que se refere à importância do trabalho e dos cuidados com a casa e a família.

Portanto acreditamos que, em nossa contemporaneidade, a tradição perde força diante do pensamento reflexivo. Por muito tempo, a tradição conduziu o comportamento dos sujeitos, inclusive no que se refere aos relacionamentos que deveriam ser de acordo com os costumes. Mas, com a presença da refletividade, os sujeitos agora possuem uma maior liberdade do que em períodos anteriores, sendo garantido a ele uma multiplicidade de escolhas orientadas pelo pensamento reflexivo.

Portanto observamos que, apesar de o casamento e de os relacionamentos passarem por transformações ficando mais descartáveis, fluidos e efêmeros, ainda existem jovens que pretendem ter relacionamentos do modelo mais tradicional. Assim, a concepção moderna do casamento e dos relacionamentos passou a coexistir com a concepção pós moderna, existindo na contemporaneidade cada vez mais diferentes padrões de relações afetivo-sexuais, prevalecendo uma pluralidade de padrões e não mais apenas um modelo único de família e de relacionamentos.

Todas as constatações acima nos levam a crer que estamos vivendo em um estado de reavaliação permanente dos valores e atitudes frente ao casamento e à família. Acreditamos que, com o aumento do número de separações, divórcio e relacionamentos que acabam rapidamente e da pluralidade de padrões de relações afetivo-sexuais, consideramos necessária a investigação das expectativas de jovens solteiros em relação ao casamento, buscando soluções que amenizem as consequências advindas da situação de crise por que passa o casamento e das rápidas transformações pelas quais passam os relacionamentos. Acreditamos que deveríamos aprofundar os estudos na área para entender os relacionamentos na atualidade, tentando minimizar o sentimento de insegurança presente na contemporaneidade pela transformação e junção de velhos e novos valores.

7. REFERÊNCIAS

- Araújo, F. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia Ciência e Profissão*, 22 (2), 70-77.
- Badinter, E. (1986). *O um e o outro: relações entre homens e mulheres*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Branden, N. (2002). *A psicologia do amor*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.
- Bucher, J. (2003). Relações conjugais em transformação e sofrimento psíquico em uma sociedade em transição. In: Costa, I. (org). *Ética, linguagem e sofrimento*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Costa, J. F. (1998). *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. São Paulo: Rocco.
- Féres-carneiro, T. (1987). Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3,(3), 250-261.
- Féres-carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: T. F. Carneiro (org.). *Casamento e família: do social à clínica*. Rio de Janeiro: Naued.
- Féres-carneiro, T. (2003). Construção e dissolução do laço conjugal na psicoterapia de casal. In: T. F. Carneiro (org.). *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Naued.
- Garcia, M. L. T. (2004). *Problemas no casamento: a presença utópica do amor romântico*. São Paulo: EDUSP.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (1993). *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (2000). *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.
- IBGE. IX (2004). *Recenseamento Geral do Brasil*.
- Jablonski, B. (1996). Aferição de atitudes de jovens solteiros (as) frente à crise do casamento: uma réplica. *Cadernos de Psicologia*, 5, 5-20.
- Jablonski, B. (1998). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2a edição. Rio de Janeiro: Agir.
- Jablonski, B. & Féres-carneiro, T. (1999). Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: Terezinha Féres-Carneiro. (Org.).

- Casal e Família: entre a tradição e a transformação: vol. 1 (pp.55-69) Rio de Janeiro: NAU.
- Jablonski, B. (2003). “Afiml, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em T. Féres-Carneiro (org.), Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas. (pp. 141-168). Rio de Janeiro: EDPUC/Loyolla.
- Nolasco, S. (1993). O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco.
- Nolasco, S. (1995). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco.
- Oliveira, C.M.C. (2005). Entre o tradicional e o contemporâneo: as mudanças do casamento na visão de jovens solteiros. Dissertação de Mestrado, defendida no Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-RJ, orientada pela prof. Terezinha Feres-Carneiro.
- Pacheco, A.L.P.B. (2005). Mulheres pobres e chefes de família. Tese de doutorado defendida no Curso de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ, orientada pela prof. Maria Lúcia Rocha-Coutinho.
- Perlin, G. D. B. (2001). Satisfação no casamento: mito ou realidade?. 2001. Tese de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, orientada pela prof. Gláucia R. S. Diniz.
- Perlin, G. D. B. & DINIZ, G. R. S. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?. Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa (PUC/RJ), 17, (2), 2, 2005.
- Perlin, G. D. B. (2006). Casais Contemporâneos: um estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, orientada pela prof. Gláucia R. S. Diniz.
- Petrini, G. & Cavalcanti, V. R. S. (Org.) (2005). Família, sociedade e subjetividade - uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes.
- Richardson, R. (2008). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.
- Rocha-coutinho, M.L. (2003a). Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In Terezinha Feres-Carneiro (org.). Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, pp. 57-77.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 20 (21), 71-99.
- Vaitsman, J. (1994). Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. São Paulo: Rocco.

Anexos